



Esta publicação é regida pela Creative Commons Attribution 4.0 International License. Fonte: <http://periodicos.unb.br/index.php/RDET/issue/view/1662>. Acesso em: 02 abr. 2019.

REFERÊNCIA

ARANHA, Márcio Lório; LIMA, João Alberto de Oliveira; LIRA, Laura (Org.). Normas primárias e secundárias do setor de telecomunicações - 2011. **Revista de Direito, Estado e Telecomunicações**, v. 4, n. 1, p. 303-403, 2012. DOI: <https://doi.org/10.26512/lstr.v4i1.21581>. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/RDET/article/view/21581/19897>. Acesso em: 02 abr. 2019.

Normas Primárias e Secundárias do Setor de Telecomunicações - 2011

2011 Statutes and Administrative Regulations of the Telecommunication Sector

Organizadores

Márcio Iorio Aranha (Direito)

João Lima (Ciência da Informação)

Laura Lira (Coordenação de Catalogação)

Coleta e Tratamento de Dados

Renata Tonicelli de Mello Quelho

Sumário

Lista de Abreviaturas e Siglas	309
Normas e Atos de 2011	335
Fundamentos	335
Aspectos Históricos	335
Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações	335
Equipamentos de Telecomunicações	335
Antenas	335
Estações de Telecomunicações	335
Certificação / Homologação	335
Espectro de Radiofrequência	336
Atribuição, Destinação e Designação de Radiofrequência	336
Condições de Uso de Radiofrequência e Canalização (Distribuição de Canais)	336
Órbita e Satélite	336
Administração do Setor de Telecomunicações	337
Fiscalização das Telecomunicações	337
Liberdade de Participação	338
Tributação no Setor de Telecomunicações	338
Outorgas	338
Espécies de Outorga	338
Concessão (regras aplicáveis)	338
Planos de Serviços	340
Políticas de Telecomunicações	340
Política Tarifária	340
Política Industrial	341
Concorrência no Setor de Telecomunicações	341
Universalização e Massificação	342
Acesso às Telecomunicações	342
Educação e Pesquisa	343
Metas de Universalização	343
Pesquisa & Desenvolvimento	343
Qualidade do Serviço	343
Controle Social, Hierárquico e Interorgânico	344
Sigilo em Telecomunicações	344
Convergência	345
Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações	345
Quanto ao Regime Jurídico de Prestação	345
Serviço Prestado em Regime Público	345
Quanto ao Gênero	345
Serviço Limitado	345
Serviço Limitado Privado	345
Serviço de Valor Adicionado	345
Quanto à Perspectiva Convergente	346

Comunicação Multimídia	346
Comunicação de Massa	346
Serviços no Setor de Telecomunicações	346
Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)	346
Serviço Móvel Pessoal (SMP)	349
Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)	349
TV a Cabo	349
TVA (Serviço Especial de TV por Assinatura)	350
DTH (Direct to Home - Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite)	350
MMDS (Multichannel Multipoint Distribution Service - Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal)	351
Serviço Rádio do Cidadão	351
Radiodifusão	351
Radiodifusão Comunitária	352
Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos (SARC)	353
Serviço de Radiotáxi	353
Serviço Móvel Marítimo	353
Serviço Limitado Privado	353
Serviço de Telefonia Rural	354
Serviço de Acesso Condicionado	354
Ramos Jurídicos Afins	354
Direito do Consumidor	354
Direito da Concorrência	354
Direito Administrativo	355
Aplicações de Telecomunicações	355
Aplicações Educacionais	355
Internet	355
Acesso a Serviços de Interesse Público e Uso de Radiofrequência por tais Serviços	356
Banda Larga	356
Atores no Setor de Telecomunicações	357
ANATEL	357
CADE	357
Poder Executivo	358
Presidência da República	358
Ministério da Justiça	358
Ministério das Comunicações	358
Prestadora / Operadora	359
Usuário / Consumidor	360
ANCINE	361
Normas Referenciadas	361
Lei Ordinária	361
Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011	361
Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011	362
Lei nº 12.507, de 11 de outubro de 2011	362

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011	363
Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011	363
Decreto	364
Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011	364
Decreto nº 7.628, de 30 de novembro de 2011	364
Portaria Ministerial	364
Portaria MC nº 256, de 6 de julho de 2011	364
Portaria MC nº 376, de 19 de agosto de 2011	364
Portaria MC nº 420, de 14 de setembro de 2011	365
Resolução nº 4, de 16 de setembro de 2011	365
Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011	365
Portaria MC nº 69, de 17 de março de 2011	365
Portaria MC nº 491, de 23 de novembro de 2011	366
Portaria MC nº 498, de 5 de dezembro de 2011	366
Portaria MC nº 561, de 22 de dezembro de 2011	367
Resolução	367
Resolução da ANATEL nº 560, de 21 de janeiro de 2011	367
Resolução da ANATEL nº 561, de 28 de janeiro de 2011	368
Resolução da ANATEL nº 562, de 9 de fevereiro de 2011	368
Resolução da ANATEL nº 563, de 30 de março de 2011	369
Resolução da ANATEL nº 564, de 20 de abril de 2011	369
Resolução da ANATEL nº 565, de 26 de abril de 2011	369
Resolução da ANATEL nº 567, de 24 de maio de 2011	370
Resolução da ANATEL nº 568, de 15 de junho de 2011	370
Resolução da ANATEL nº 569, de 5 de agosto de 2011	370
Resolução da ANATEL nº 570, de 22 de agosto de 2011	371
Resolução da ANATEL nº 571, de 28 de setembro de 2011	371
Resolução da ANATEL nº 572, de 28 de setembro de 2011	371
Resolução da ANATEL nº 573, de 10 de outubro de 2011	372
Resolução da ANATEL nº 574, de 28 de outubro de 2011	372
Resolução da ANATEL nº 575, de 28 de outubro de 2011	372
Resolução da ANATEL nº 576, de 31 de outubro de 2011	372
Resolução da ANATEL nº 577, de 24 de novembro de 2011	373
Resolução da ANATEL nº 578, de 30 de novembro de 2011	373
Atos Referenciados	373
Ato Administrativo	373
Ato	373
Ato da Superintendência de Radiofrequencia e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 160, de 6 de janeiro de 2011	373
Ato da Superintendência de Radiofrequencia e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 161, de 6 de janeiro de 2011	374
Ato da Superintendência de Radiofrequencia e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 162, de 6 de janeiro de 2011	374

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.970, de 1º de abril de 2011	374
Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.282, de 15 de abril de 2011	374
Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.156, de 22 de julho de 2011	375
Consulta Pública	375
Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.703, de 16 de agosto de 2011	375
Portaria	375
Portaria do Ministério das Comunicações nº 69/2011	375
Portaria ANATEL nº 941, de 28 de outubro de 2011	375
Relatório Anual da ANATEL	376
Relatório Anual da ANATEL 2010	376
Súmula	376
Súmula da ANATEL nº 10, de 15 de março de 2011	376
Súmula da ANATEL nº 11, de 17 de novembro de 2011	376
Súmula da ANATEL nº 12, de 19 de dezembro de 2011	376
Índice Alfabético e Remissivo	379

Lista de Abreviaturas e Siglas

1G	Primeira Geração de Tecnologia de Telefonia Móvel (analogico).
2.5G	Geração 2.5 de Tecnologia de Telefonia Móvel (GPRS).
2G	Segunda Geração de Tecnologia de Telefonia Móvel (digital para dados, 9.6-14.4Kbps).
3G	Terceira Geração de Tecnologia de Telefonia Móvel (digital para voz e dados, mínimo de 144Kbps).
3G HS	3G High Speed (Rede celular de Terceira geração de Alto Desempenho).
AACD	Associação de Assistência à Criança Defeituosa.
ABA	Associação Brasileira de Anunciantes.
ABAP	Associação Brasileira de Agências de Propaganda.
ABAR	Associação Brasileira de Agências de Regulação.
ABCiber	Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura.
ABEMTIC	Associação Brasileira de Entidades Municipais de Tecnologia da Informação e Comunicação.
ABEPEC	Associação Brasileira das Emissoras Públicas Educativas e Culturais.
ABEPEC	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Comunicação (inativa).
ABEPREST	Associação Brasileira de Empresas de Soluções de Telecomunicações e Informática.
ABERT	Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão.
ABETS	Associação Brasileira das Empresas de Telecomunicações por Satélite.
ABIFUMO	Associação Brasileira da Indústria do Fumo.
ABINEE	Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica.
ABJC	Associação Brasileira de Jornalismo Científico.
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
ABPI-TV	Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão.
ABPITV	Associação Brasileira das Empresas Produtoras Independentes de Televisão.
ABPTA	Associação Brasileira dos Programadores de TV por Assinatura.
ABR Telecom	Associação Brasileira de Recursos de Telecomunicações (Portabilidade Numérica).
ABRA	Associação Brasileira de Radiodifusores.
ABRACOM	Associação Brasileira de Antenas Comunitárias.
ABRADECEL	Associação Brasileira de Defesa dos Moradores e Usuários Intraquilos com Equipamentos de Telecomunicações Celular.
ABRAFIC	Associação Brasileira de Film Commissions (Brazilian Association of Film Commissions).
ABRAFIX	Associação Brasileira de Concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado.
ABRAPPIT	Associação Brasileira de Pequenos Provedores de Internet e Telecomunicações.

ABRATEL	Associação Brasileira de Radiodifusão, Tecnologia e Telecomunicações.
ABRATER	Associação Brasileira de Telecomunicações Rurais.
ABRINT	Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações.
ABRISAN	Associação Brasileira de Registro de Obras Audiovisuais.
ABTA	Associação Brasileira de TV por Assinatura.
ABTU	Associação Brasileira de Televisão Universitária.
Acel	Associação Nacional das Operadoras Celulares.
ACERP	Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto.
AD	Adicional por Chamada (Serviço Móvel Pessoal).
ADGI	Gerência Geral de Gestão da Informação (ANATEL).
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade (Jurisdição).
ADPF	Gerência Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças (ANATEL).
ADSL	Asymmetric Digital Subscriber Line.
AEB	Agência Espacial Brasileira.
AET	Associação dos Engenheiros de Telecomunicações.
AGVSEL	Agravo em Suspensão de Execução de Liminar.
Ah	Ampère-hora.
AI	Acesso Instalado.
AI	Agravo de Instrumento (Jurisdição).
AI/E	Acesso Instalado da Estação de Comutação.
AICE	Acesso Individual Classe Especial.
AIE	Acesso Instalado Equivalente.
AIRR	Agravo de Instrumento em Recurso de Revista (Tribunal Superior do Trabalho).
ALAIC	Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación.
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas.
ALCAR	Associação Brasileira dos Pesquisadores de História da Mídia.
AM	Amplitude Modulation (Modulação em Amplitude).
AM-DSB-SC	Amplitude Modulation, Double-Sided Band, Suppressed Carrier (Modulação em Amplitude, em Faixa Lateral Dupla, com Portadora Suprimida).
AME	Valor de Ativo Moderno Equivalente (Separação e Alocação de Contas).
AMMB	Associação de Marketing Móvel do Brasil.
AMN	Artificial Mains Network (Rede Fictícia em V).
AMNT	Assembléia Mundial de Normalização das Telecomunicações.
AMPS	Advanced Mobile Phone System (Rede celular 1G).
AN	Área de Numeração.
AN	Área de Numeração (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
ANACOM	Autoridade Nacional de Comunicações (de Portugal).
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações.

ANCINE	Agência Nacional do Cinema.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica.
ANER	Associação Nacional das Empresas de Revistas.
ANER	Associação Nacional dos Servidores Efetivos das Agências Reguladoras.
ANJ	Associação Nacional de Jornais.
ANOP	Auditoria de Natureza Operacional (Tribunal de Contas da União).
ANP	Agência Nacional do Petróleo.
ANSI	American National Standards Institute.
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres.
APEX-Brasil	Agência de Promoção de Exportações do Brasil.
APS	Área de Prestação do Serviço (Serviços de Televisão por Assinatura).
Aptel	Associação de Empresas Proprietárias de Infra-Estrutura e de Sistemas Privados de Telecomunicações.
AR	Área de Registro.
AR	Área de Registro (Serviço Móvel Especializado).
AR	Área de Registro (Serviço Móvel Pessoal).
AR	Área de Registro (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
ARIB	Association of Radio Industries and Businesses (Japão).
ARM	Acordo de Reconhecimento Mútuo (Certificação e Homologação).
ART	Anotação de Responsabilidade Técnica.
ASTM	American Society for Testing and Materials.
AT	Área de Tarifação (Serviço Móvel Especializado).
AT	Área de Tarifação (Serviço Móvel Pessoal).
ATA	Analog Telephone Adaptor.
ATB	Área de Tarifa Básica.
ATB	Área de Tarifação Básica (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
ATC	Ativos de Tecnologia Corrente (Separação e Alocação de Contas).
ATS	Ativos de Tecnologia Substituída (Separação e Alocação de Contas).
ATSC	Advanced Television Systems Committee (Padrão de TV Digital – Estados Unidos da América).
AVADAN	Avaliação de Danos - Formulário (Sistema Nacional de Defesa Civil).
BACEN	Banco Central do Brasil.
BAL	Balancamento Longitudinal.
BB	Banda-Base.
BBC	British Broadcasting Corporation (Reino Unido).
BCB	Banco Central do Brasil.
BDO	Base de Dados Operacional (Portabilidade).
BDR	Base de Dados de Referência (Portabilidade).
BDR	Base de Dados Nacional de Referência da Portabilidade.
BDT	Bureau de Développement des Télécommunications (Escritório de Desenvolvimento das Telecomunicações da UIT).

BDTA	Banco de Dados Técnicos e Administrativos (Radiofrequência).
BGAN	Broadband Global Area Network (INMARSAT).
BIA	Bens e Instalações em Andamento (Separação e Alocação de Contas).
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial).
BIS	Bens e Instalações em Serviço (Separação e Alocação de Contas).
Bn	Largura da Faixa Necessária (Certificação).
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BPL	Broadband over Power Lines (Banda larga por meio de redes de energia elétrica).
BR	Bureau des Radiocommunications (Escritório de Radiocomunicações da UIT).
BRASSCOM	Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação.
BS	Base Station (Estação Rádio Base).
BSR	Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações.
BT	Linha de distribuição de Baixa Tensão.
BWA	Broadband Wireless Access (4G).
C-INI	Comitê sobre Infra-estrutura Nacional de Informações.
C0,25	Capacidade nominal para regime de alta intensidade de descarga (C0,25).
C10	Capacidade nominal para regime de média intensidade de descarga (C10).
C120	Capacidade nominal para regime de baixa intensidade de descarga (C120).
CA	Corrente Alternada.
CAACI	Conferência de Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas Ibero-Americana.
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
CADIN	Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal.
CAMR	Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações.
CAPDA	Comitê das Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia.
CAPT	Controle Automático da Potência Transmitida.
CARR	Conferência Administrativa Regional de Radiocomunicações.
CATIS	Centro de Acesso a Tecnologias para a Inclusão Social.
CBC	Comissão Brasileira de Comunicações.
CBC 1	Comissão Brasileira de Comunicações nº 1 – Redes de Dados e Características de Sistemas Telemáticos (extinta).
CBC 2	Comissão Brasileira de Comunicações nº 2 – Transmissão de Áudio e Vídeo e Sistemas Multimídia (extinta).
CBC 3	Comissão Brasileira de Comunicações nº 3 - Tarifas e Princípios Contábeis (extinta).

CBC 4	Comissão Brasileira de Comunicações nº 4 - Definição de Serviços, Planos Estruturais e Gerência de Redes (extinta).
CBC 5	Comissão Brasileira de Comunicações nº 5 - Sinalização, Comutação, Protocolos, Linguagens e Aspectos Gerais de Redes (extinta).
CBC 6	Comissão Brasileira de Comunicações nº 6 - Planta Externa e Compatibilidade Eletromagnética (extinta).
CBC 7	Comissão Brasileira de Comunicações nº 7 - Desenvolvimento das Telecomunicações (extinta).
CBC 8	Comissão Brasileira de Comunicações nº 8 - Serviços Móveis, de Radiodeterminação e de Radioamador (extinta).
CBC 9	Comissão Brasileira de Comunicações nº 9 - Serviços Fixos e Científicos (extinta).
CBC 1	Comissão Brasileira de Comunicações nº 1 - Governança e Regimes Internacionais.
CBC 10	Comissão Brasileira de Comunicações nº 10 - Administração do Espectro Radioelétrico e Propagação (extinta).
CBC 11	Comissão Brasileira de Comunicações nº 11 - Radiodifusão (extinta).
CBC 12	Comissão Brasileira de Comunicações nº 12 - Negociações Internacionais em Telecomunicações (extinta).
CBC 13	Comissão Brasileira de Comunicações nº 13 – Governança da Internet (extinta).
CBC 2	Comissão Brasileira de Comunicações nº 2 - Radiocomunicações.
CBC 3	Comissão Brasileira de Comunicações nº 3 - Normalização de Telecomunicações.
CBC 4	Comissão Brasileira de Comunicações nº 4 - Desenvolvimento das Telecomunicações.
CBC Temp.	Comissão Brasileira de Telecomunicações Temporária.
CBDT	Coleção Brasileira de Direito Regulatório das Telecomunicações.
CBLC	Comissão Brasileira de Liquidação e Custódia.
CBR	Comissão Brasileira de Radiocomunicações.
CBT	Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº 4.117/62).
CBTTs	Comissões Brasileiras de Telecomunicações.
CC	Corrente Contínua.
CCC	Central de Comutação e Controle (Serviço Móvel Pessoal).
CCC	Central de Comutação e Controle (Sistemas de Acesso sem Fio do STFC).
CCC	Central de Controle e Comutação do SMC (Internacional).
CCIR	Comitê Consultivo Internacional das Radiocomunicações.
CCITT	Comitê Consultivo Internacional de Telegrafia e Telefonia.
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.
CCOM	Centro de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações da UnB.
CCPI	Comitê Consultivo Permanente nº 1 da Comissão Interamericana de Telecomunicações.

CCP.II	Comitê Consultivo Permanente nº 2 da Comissão Interamericana de Telecomunicações.
CCP.III	Comitê Consultivo Permanente nº 3 da Comissão Interamericana de Telecomunicações.
CCPs-CITEL	Comitês Consultivos Permanentes da CITEL.
CCT	Cargo Comissionado Técnico (Agências Reguladoras).
CCT	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Senado Federal).
CCT	Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.
CCTCI	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (Câmara dos Deputados).
ccTLD	country code Top Level Domain (Domínio de Primeiro Nível) (INTERNET).
CDA	Certidão de Dívida Ativa.
CDC	Código de Defesa do Consumidor.
CDEIC	Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio (Câmara dos Deputados).
CDI	Comutação Digital Integrada.
CDMA	Code Division Multiple Access (Múltiplo Acesso por Divisão em Código).
CDMA 1xEV-DO	CDMA Evolution Data-Optimized (Rede celular 3G).
CDMA 1xEV-DV	CDMA Evolution, Data and Voice (Rede celular 3G).
CDUST	Comitê de Defesa dos Usuários de Serviços de Telecomunicações.
CEDEC	Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil).
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica.
CEITEC	Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A.
CENAD	Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Sistema Nacional de Defesa Civil).
CENELEC	European Committee for Electrotechnical Standardization.
CEPED	Centro Universitário de Ensino e Pesquisa sobre Desastres (Sistema Nacional de Defesa Civil).
CERT.br	Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (Comitê Gestor da Internet no Brasil).
CETIC.br	Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (Comitê Gestor da Internet no Brasil).
CFM	Conselho Federal de Medicina.
CFTV	Serviço Especial de Circuito Fechado de Televisão com Utilização de Rádioenlace.
CG-CBC	Grupo de Coordenação das Comissões Brasileiras de Comunicações.
CG-ProTIC	Comitê Gestor do Programa de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.
CGCOB	Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos.
CGIbr	Comitê Gestor da Internet no Brasil.

CGPD	Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Presidência da República).
CGPID	CGPID.
CGRBT	Comitê Gestor de Articulação Institucional da Rede Brasil de Tecnologia.
CIC	Central de Intermediação de Comunicação Telefônica.
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico.
CIP	Câmara Interbancária de Pagamentos.
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
CISCOMIS	Comissão de Desenvolvimento do Projeto e da Implantação do Sistema de Comunicações Militares por Satélite.
CITEL	Comissão Interamericana de Telecomunicações.
CMDT	Conferência Mundial de Desenvolvimento das Telecomunicações.
CMGLO	Gerência de Engenharia, Planejamento e Controle de Licitações e Outorgas.
CMI	Cúpula Mundial da Informação.
CMPC	Custo Médio Ponderado de Capital.
CMR	Conferência Mundial de Radiocomunicações.
CMSI	Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação (World Summit on the Information Society – WSIS).
CN	Código Nacional.
CNAL	Cadastro Nacional de Áreas Locais.
CNC	Conselho Nacional de Comunicações.
CNDI	Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial.
CNI	Confederação Nacional da Indústria.
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
CNPq-MCT	Centro Nacional de Pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia.
COE	Coefficiente de Onda Estacionária.
COE	Coefficiente de Reflexão.
COER	Certificado de Operador de Estação de Radioamador.
COFDM	Coded Orthogonal Frequency Division Multiplexing.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
COG	Cabo Óptico Geral.
COGEF	Comissão de Gerência do Espectro de Radiofrequência de Interesse do Ministério da Defesa.
COMDEC	Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil).
COMPÓS	Associação Nacional das Pós-Graduações em Comunicação.
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Conapsi	Conselho Nacional dos Provedores de Serviço de Internet.
CONAR	Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária.
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos.

CONCAR	Comissão Nacional de Cartografia.
CONDEC	Conselho Nacional de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil).
CONDECINE	Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional.
CONFAZ	Conselho Nacional de Política Fazendária.
CONFECOM	Conferência Nacional de Comunicação.
CONTCOP	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicações e Publicidade (Representação profissional).
CONTEL	Conselho Nacional de Telecomunicações (Extinto em 25/02/1967).
COP	Cabo Óptico "Plenum".
COR	Cabo Óptico "Riser".
CORDE	Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.
CORDEC	Coordenadoria Regional de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil).
CP	Código Penal.
CP	Consulta Pública.
CPADS	Comissão Permanente de Avaliação de Documentos Sigilosos.
CPC	Código de Processo Civil.
CPCT	Central Privada de Comutação Telefônica.
CPCT	Central Privativa de Comutação Telefônica (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
CPGF	Cartão de Pagamento do Governo Federal.
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito.
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa.
CPP	Código de Processo Penal.
CPP	Contribuição Patronal Previdenciária (Seguridade Social).
CPqD	CPqD.
CPqD	Fundação CPqD Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações.
Cr0,25	Capacidade real em regime nominal para alta intensidade de descarga (Cr0,25).
Cr10	Capacidade real em regime nominal para média intensidade de descarga (Cr10).
Cr120	Capacidade real em regime nominal para baixa intensidade de descarga (Cr120).
CRE	Contrato de Receita Extraordinária (Concessionária de Rodovia).
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
CSP	Código de Seleção de Prestadora.
CTBC	Companhia de Telecomunicações do Brasil Central.

CTs-SGT.1-MERCOSUL	Comissões Temáticas do Subgrupo de Trabalho de Comunicações do MERCOSUL.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
CVR	Relações Custo-Volume (Separação e Alocação de Contas).
D-AMPS	Digital Advanced Mobile Phone System.
DAC	Departamento de Aviação Civil.
DAS	Direção e Assessoramento Superiores.
dB	Decibel.
dB SPL	Decibel relativo a 20 μ Pa.
dB SPL(A)	Decibel relativo a 20 μ Pa medido com ponderação A (IEC 60651).
dB V	Decibel Relativo a 1 V.
dBA	dBA.
DBDG	Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais (DBDG).
dBk	Potência, em dB, relativa a 1 kW.
dBmp	Decibel medido com ponderação psfométrica (Rec. O.41 da ITU-T).
dBPa	Decibel Relativo a 1 Pascal.
dBPa(A)	Decibel relativo a 1 Pa medido com ponderação A (IEC 60651).
dB μ	Decibel Relativo a 1 mW.
dB μ	Intensidade de campo, em dB, relativa a 1 μ V/m.
DCOR	Diretoria de Concessões e Operações Rodoviárias.
DCS	Digital Cellular Network.
DDG	Discagem Direta Gratuita.
DDI	Discagem Direta Internacional.
DDR	Discagem Direta a Ramal.
DEA	Data Envelopment Analysis.
DECEA	Departamento de Controle do Espaço Aéreo.
DECT	DECT.
DEINT	Departamento de Negociações Internacionais da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.
DENTEL	Departamento Nacional de Telecomunicações (Extinto em 15/03/1990).
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional.
DEPV	Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo (Min. Aeronáutica), extinta em 5.10.2001.
DETRAF	Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços.
DG	Distribuidor Geral (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
DIC	Discagem Interurbana a Cobrar.
DISTV	Serviço de Distribuição de Sinais de TV por Meios Físicos.
DJ	Diário da Justiça (Imprensa Nacional).
DJe	Diário da Justiça eletrônico.
DLC	Discagem Local a Cobrar.

DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.
DNS	Domain Name System.
DOP	Documento Operacional de Prazos da Portabilidade.
DPDC	Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.
DRM	Digital Radio Mondiale (padrão europeu de rádio digital).
DS-CDMA	Múltiplo Acesso por Divisão em Código com Sequência Direta.
DSAC	Documento de Separação e Alocação de Contas.
DSB	Double Side Band 'Modulation' (Modulação em Faixa Lateral Dupla).
DSC	Documento Sigiloso Controlado.
DSL	Digital Subscriber Line.
DTH	Direct-to-Home (Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite).
DTH	Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite.
DTMF	Dual Tone Multi-Frequency.
DVB	Digital Video Broadcasting (Padrão de TV Digital – União Européia).
DVB-H	Digital Video Broadcasting Handheld.
e-DJFI	Diário da Justiça Federal da Primeira Região eletrônico (TRF 1ª Região).
e.i.r.p.	Potência Equivalente Isotropicamente Radiada.
e.r.p.	Potência Efetiva Radiada (Campo Eletromagnético).
e.r.p.	Potência Efetivamente Irradiada.
EB	Estação Base.
EBC	Empresa Brasil de Comunicação.
EBITDA	Earning Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization.
EC	Estação de Controle.
Ec / ec	Campo Característico, respectivamente em dB μ e mV/m.
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente.
ECAD	Escritório Central de Arrecadação e Distribuição.
ECD	Equipamento de Comunicação de Dados.
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
EDGE	EDGE.
EEII	Empresa Exploradora de Troncos Interestaduais e Internacionais.
EESPT	Entidade Exploradora de Serviços Públicos de Telecomunicações (em desuso).
EHF	Extremely High Frequency.
EILD	Exploração Industrial de Linha Dedicada.
ELI	Estágio de Linha Integrado.
ELR	Estágio de Linha Remoto.
EM	Estação Móvel.
Enom / enom	Intensidade de campo nominal utilizável, respectivamente em dB μ e mV/m.

ENUM	Telephony Numbering Mapping (Protocolo desenvolvido pela IETF).
EPMU	Equal Proportionate Mark Up (Alocação Proporcional e Equitativa – Separação e Alocação de Contas).
EPON	Ethernet Passive Optical Network.
ER	Estação Repetidora.
ER	Estágio Remoto (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
ERB	Estação Rádio Base.
ERB	Estação Rádio Base (Serviço Móvel Pessoal).
ERC	Estação Radioelétrica Central.
ERG	European Regulators Group.
ERP	Potência Efetivamente Radiada.
ERUE	Eficiência Relativa de Uso do Espectro (ERUE).
ESC	Equipamento a Ser Certificado.
ET	Estação Terminal.
ETA	Estação Terminal de Acesso.
ETD	Equipamento Terminal de Dados.
ETSI	European Telecommunications Standards Institute.
Eu / eu	Intensidade de campo utilizável, respectivamente em dB μ e mV/m.
EUE	Eficiência de Uso do Espectro (EUE).
FA	Fator de Amortecimento.
FAC	Fully Allocated Costs (Custos Totalmente Alocados).
FCC	Federal Communications Commission (United States of America).
FCPT	Fórum de Certificação de Produtos para Telecomunicações.
FCT	Função Comissionada Técnica.
FCT	Funções Comissionadas de Telecomunicações.
FDD	Frequency Division Duplexing (Duplexação por Divisão na Frequência).
FDMA	Frequency Division Multiple Access (Múltiplo Acesso por Divisão em Frequência).
FEBRAPEL	Federação Brasileira de Telecomunicações (Representação empresarial).
FENAJ	Federação Nacional dos Jornalistas.
FGP	Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas.
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
FH-CDMA	Múltiplo Acesso por Divisão em Código com Saltos de Frequência.
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos.
FISTEL	Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.
FITTEL	Federação Interestadual dos Trabalhadores em Telecomunicações.
FM	Frequência Modulada.
FMCA	Fixed-Mobile Convergence Alliance.
FNC	Fundo Nacional da Cultura.
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

FNPJ	Fórum Nacional de Professores de Jornalismo.
FNT	Fundo Nacional de Telecomunicações.
Fonacate	Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado.
FORCINE	Fórum Brasileiro de Ensino de Cinema e Audiovisual.
FS	Fornecedora de Sinal.
FTTB	Fiber to the Building.
FTTC	Fiber to the Curb.
FTTH	Fiber to the Home.
FTTN	Fiber to the Node.
FUNCAP	Fundo Especial para Calamidades Públicas (Sistema Nacional de Defesa Civil).
Fundomic	Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicação (Minas Gerais).
Funtec	Fundo Tecnológico (BNDES).
FUNTTTEL	Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações.
FUST	Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.
FWA	Fixed Wireless Access.
GCOM	Grupo Interdisciplinar de Políticas, Direito, Economia e Tecnologias das Comunicações (UnB).
GESAC	Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão.
GETEL	Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações (UnB).
GGSN	Gateway GPRS Support Node.
GIP	Grupo de Implantação da Portabilidade.
GIP	Grupo de Implementação da Portabilidade.
GIPAQ	Grupo de Implantação de Processos de Aferição da Qualidade.
GMC	Grupo Mercado Comum.
GMDSS	Sistema Global Marítimo de Socorro e Segurança.
GNR	Guia Nacional de Recolhimento de Tributos Estaduais.
GPON	Gigabit Passive Optical Network.
GPRS	General Packet Radio Service (Rede celular 2.5G).
GPS	Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global).
GSM	Global System Mobile -Global System for Mobile Communications (Originariamente Groupe Spécial Mobile).
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial.
HCA	Base de Custos Históricos (Separação e Alocação de Contas).
HCA	Historical Cost Accounting (Base de Custos Históricos na Separação e Alocação de Contas).
HCI	Altura do Centro de Fase do Sistema Irradiante.
HF	High Frequency (Alta Frequência).
HFBC	Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações para o planejamento das faixas de ondas decamétricas atribuídas ao serviço de radiodifusão, realizada em 1987.

HMM	Hora de Maior Movimento.
HNMT	Altura da Antena sobre o Nível Médio do Terreno.
HNMT	Altura do Sistema Irradiante em Relação ao Nível Médio do Terreno (Radiodifusão).
HSDPA	High Speed Downlink Packet Access (Rede celular 3G).
HSPA	High-Speed Packet Access (tipo de padrão de telefonia móvel por dados) (Rede celular 3G).
HSUPA	High Speed Uplink Packet Access (Rede celular 3G).
IAF	International Accreditation Forum (Certificação e Homologação).
IAMCR	International Association for Media and Communication Research.
IAP	Índice de Atendimento Pessoal.
IARP	International Amateur Radio Permission (Permissão Internacional de Radioamador).
IARU	União Internacional de Radioamadores.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.
IBOC	In-Band On-Channel (padrão norte-americano de rádio digital).
ICANN	Internet Corporation for Assigned Names and Numbers (Corporação da Internet para a Atribuição de Nomes e Números).
ICAO	Organização Internacional de Aviação Civil.
ICC	Índice de Chamadas Completadas.
ICCo	Índice de Cessação de Cobrança.
ICMS	Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicações.
ICNIRP	International Commission on Non Ionizing Radiation Protection (Comissão Internacional de Proteção Contra Radiações Não Ionizantes).
ICP-Brasil	Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira.
ICR	Índice de Correspondências Respondidas.
ICT	Instituição Científica e Tecnológica.
ICT4D	Information and Communication Technologies for Development.
IDDF	Informações de Demanda e Dados Físicos (Separação e Alocação de Contas).
IDEC	Instituto de Defesa do Consumidor.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano.
IEC	International Electrotechnical Commission.
IEEE	Institute of Electrical and Electronics Engineers.
IETF	Internet Engineering Task Force (Força Tarefa de Engenharia da Internet).
IFCA	International Federation of Mass Communication Associations.
Ifd	Fator de Degradação.
IFRB	Junta Internacional de Registro de Frequências.

IFS	Serviço Franqueado Internacional.
IGF	Internet Governance Fórum (Fórum de Governança da Internet vinculado à ONU).
IGP-DI	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna.
IGP-M	Índice Geral de Preços - Mercado.
II	Imposto de Importação.
IIS	Índice de Instalação do Serviço.
IITS	Índice de Interrupções Solucionadas.
ILA	Índice de Ligações Atendidas.
ILAC	International Laboratories Accreditation Cooperation (Certificação e Homologação).
IME	Índice Mínimo de EUE (IME).
IMO	Organização Marítima Internacional.
IMSI	International Mobile Subscriber Identity (Identificação Internacional de Acesso Móvel).
IMT-2000	International Mobile Telecommunications-2000.
INDE	Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE).
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária.
INI	Infraestrutura Nacional de Informações.
INMARSAT	Organização Internacional de Telecomunicações Marítimas por Satélite.
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.
INTELSAT	International Telecommunications Satellite Consortium (Organização Internacional de Telecomunicações por Satélite).
Intercom	Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.
IP	Índice de Preços.
IP	Internet Protocol (Protocolo de Internet).
IPAOG/FGV	Índice de Preços por Atacado - Oferta Global.
IPCA/IBGE	Índice de Preços ao Consumidor Amplo.
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados.
IPTF	IPTF F.
IPTF DEA	Índice de Produtividade Total de Fatores DEA.
IPTF F	Índice de Produtividade Total de Fatores Fisher.
IPTF F	Índice de Produtividade Total de Fatores Fisher (Reajuste Tarifário do STFC).
IPTV	Internet Protocol TV.
IQF	Índice de Quantidade dos Fatores de Produção (Reajuste Tarifário do STFC).
IQP	Índice de Fator de Produção.
IQP	Índice de Quantidade dos Produtos (Reajuste Tarifário do STFC).
IR	Imposto de Renda.
IREDC	Índice de Reclamação por Erro em Documento de Cobrança.

IRPJ	Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica.
IRS	Índice de Reclamação do Serviço.
ISAN	International Standard Audiovisual Number.
ISDB	Integrated Services Digital Broadcasting.
ISDB-C	Integrated Services Digital Broadcasting Cable.
ISDB-S	Integrated Services Digital Broadcasting Satellite Television.
ISDB-T	Integrated Services Digital Broadcasting Terrestrial (Serviços Integrados de Radiodifusão Digital Terrestre).
ISDTV	International System for Digital TV (novo nome do SBTVD).
ISM	Aplicações Industriais, Científicas e Médicas.
ISO	International Standards Organisation.
ISP	Internet Service Provider (vide PSCI).
ISRA	Índice de Solicitações de Reparos Atendidas.
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.
IST	Índice de Serviços de Telecomunicações.
ISYDS	Integrated System for Decision Support (vide SIAD).
ITE	Índice Temporal de EUE.
ITI	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (Autarquia vinculada à Casa Civil da Presidência da República).
ITU	International Telecommunication Union (União Internacional de Telecomunicações).
l	Comprimento de Onda.
LAN	Local Area Network.
LaPCom	Laboratório de Políticas de Comunicação da UnB.
LBS	Location Based Services.
LDI	Longa Distância Internacional.
LDN	Longa Distância Nacional.
LED	Light Emitting Diode (Diodo Emissor de Luz).
LEP	Lei de Execuções Penais.
LF	Low Frequency.
LGT	Lei Geral de Telecomunicações.
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais.
LLU	Local Loop Unbundling.
LMDS	Local Point-Multipoint Distribution Service.
LPFM	Low-Power FM stations (Rádios Comunitárias).
LRGP	Loudness Rating Guard-Ring Position.
LRIC	Long Run Incremental Costs (Custos Incrementais de Longo Prazo).
LSI	Laboratório de Sistemas Integráveis da USP.
LSZH	"Low Smoke and Zero Halogen".
LTE	Long Term Evolution (Rede Celular 3G).
LTOG	Lista Telefônica Obrigatória e Gratuita.
LUSOCOM	Federação Lusófona de Ciências da Comunicação.

M2M	Machine to Machine (comunicação entre máquinas).
MAN	Metropolitan Area Network.
MdE	Memorando de Entendimento - MdE.
MDGs	Millenium Development Goals (UN Millenium Summit 2000).
MEF	Mobile Entertainment Forum.
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul.
MF	Medium Frequency (Média Frequência).
MICS	Sistemas de Comunicações de Implantes Médicos.
MIFR	Master International Frequency Register (Registro Mestre da UIT).
MIN	Valor do Minuto de Tarifação (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
MINFRA	Ministério da Infraestrutura (Extinto pela Lei 8.422, de 13/05/1992).
MMDS	Multichannel Multipoint Distribution Service (Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal).
MMDS	Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal.
MMS	Multimedia Message.
MNO	Mobile Network Operator (Operador de Rede Móvel).
MOB	Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações para os serviços móveis.
MOB-87	Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações para os Serviços Móveis, realizada em 1987.
MOS	Mean Opinion Score (Pontuação Média de Opinião).
MSCID	Mobile Switching Center Identification.
MT	Linha de distribuição de Média Tensão.
MVNO	Mobile Virtual Network Operator (Operador de Rede Virtual Móvel).
NBM	Nomenclatura Brasileira de Mercadorias.
NC	Noise Criteria.
NCL	Nested Context Language (Interatividade do ISDB-T: linguagem do ambiente Ginga-NCL).
NCM	Nomenclatura Comum do Mercosul.
NFC	Near Field Communications.
NFST	Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações.
NGN	Next Generation Network.
NGT	Norma Geral de Telecomunicações (Ministério das Comunicações).
NOPRED	Notificação Preliminar de Desastres - Formulário (Sistema Nacional de Defesa Civil).
NPOESS	National Polar-Orbiting Environmental Satellite System.
NRA	National Regulatory Authorities (União Européia).
NSR	Nível do Sinal Recebido.
NUDEC	Núcleo Comunitário de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil).
NWA	Nomadic Wireless Access (Aplicação Nomádica).
OCC	Organismo de Certificação Credenciado.

OCD	Organismo de Certificação Designado.
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
OECD	Organisation for Economic Co-operation and Development (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).
OFDM	Orthogonal Frequency Division Multiplexing (Multiplexação Ortogonal por Divisão de Freqüência).
OFDMA	Orthogonal Frequency-Division Multiple Access.
OIT	Oxidative Induction Time (Tempo de Indução Oxidativa).
OL	Oscilador Local.
OM	Onda Média.
OMC	Organização Mundial do Comércio.
OPGW	Optical Ground Wire (Cabos Para-raios com Fibras Ópticas).
ORB-85	Conferência Administrativa Mundial de Radiocomunicações para uso da Órbita de Satélites Geoestacionários e o Planejamento dos Serviços Espaciais que a Utilizam, realizada em 1985.
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
OT	Onda Tropical.
OTI	Organización de Televisión Iberoamericana.
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento.
PAC	Plano Anual de Capacitação (Capacitação Profissional nas Agências Reguladoras).
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento (Programa de Governo de Janeiro de 2007).
PADIS	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores.
PADO	Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Agência Nacional de Telecomunicações).
PAR	Plano de Aplicação de Recursos (FUNTTEL).
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público.
PASI	Provedor de Acesso a Serviços de Internet.
PASOO	Plano Alternativo de Serviço de Oferta Obrigatória.
PAT	Parcela Adicional de Transição.
PATVD	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital.
PATVD	Programa de Incentivos ao Setor da TV Digital (Integrante do PAC).
PBFM	Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada.
PBOC	Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Ondas Curtas.
PBOM	Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Onda Média.
PBOT	Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Onda Tropical.

PBRTV	Plano Básico de Distribuição de Canais de Retransmissão de Televisão em VHF e UHF.
PBTV	Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão em VHF e UHF.
PBTVA	Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão por Assinatura.
PBTVD	Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital.
PBX	Private Branch Exchange.
PCNR	Parcela de Custo Não Recuperável pela Exploração Eficiente do Serviço (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações).
PCS	Personal Communication Service.
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação.
PDG	Programa de Dispendios Globais (Empresas Estatais Federais).
PDP	Plasma Display Pannel (Painel Mostrador de Plasma).
PDRTVD	Plano de Designação de Canais de Retransmissão de Televisão Digital.
PDTVD	Plano de Designação de Canais de Televisão Digital.
PEP	Peak Envelope Power (Potência de Pico da Envoltória).
PF	Procuradoria Federal no Estado.
PGA	Plano Geral de Autorizações.
PGA-SME	Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Especializado.
PGA-SMP	Plano Geral de Autorizações do Serviço Móvel Pessoal.
PGCN	Plano Geral de Códigos Nacionais.
PGMC	Plano Geral de Metas de Competição.
PGMQ	Plano Geral de Metas de Qualidade.
PGMQ-2006	Plano Geral de Metas de Qualidade do STFC para a Renovação dos Contratos de Concessão.
PGMQ-SMP	Plano Geral de Metas de Qualidade para o Serviço Móvel Pessoal.
PGMU	Plano Geral de Metas de Universalização.
PGMU-2006	Plano Geral de Metas para Universalização do STFC no Regime Público para a Renovação dos Contratos de Concessão.
PGO	Plano Geral de Outorgas.
PGR	Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil.
PICT	Projeto de Proteção da Infraestrutura Crítica de Telecomunicações (Anatel e CPqD).
PIS	Programa de Integração Social.
PISP	Plano de Indenização por Serviços Prestados (Telebras).
PLC	Power Line Communications.
PMD	Polarization Mode Dispersion (Modo de Polarização por Dispersão) (Cabo de Fibra Óptica).
PMM	Período de Maior Movimento (Televisão por Assinatura (Gênero)).
PMS	Poder de Mercado Significativo.
PMT	Período de Maior Tráfego (PMT).
PNBL	Programa Nacional de Banda Larga.

POI	Ponto de Interconexão.
POP	Post Office Protocol (INTERNET).
PP	Conferência de Plenipotenciários da UIT.
PPA	Plano Plurianual.
PPB	Processo Produtivo Básico.
PPDESS	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviços de Telecomunicações e pelo Direito de Exploração de Satélite.
PPDF	Previsão de Demanda e Dados Físicos (Separação e Alocação de Contas).
PPDUR	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequências.
ppm	partes por milhão.
PPP	Parceria Público-Privada.
PR	Perda de Retorno.
PRB	Ponto de Referência da Boca.
PRF	Procuradoria Regional Federal.
PRO-REG	Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação.
PROCON	Promotoria de Defesa do Consumidor.
PRODIST	PRODIST – Procedimentos de Distribuição (Energia Elétrica).
PROINFO	Programa Nacional de Informática na Educação.
PROM	Plano Regional de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Onda Média ou Plano do Rio de Janeiro (Radiodifusão Sonora).
ProTIC	Programa de Apoio à Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.
PROUCA	Programa Um Computador por Aluno.
PRRadCom	Plano de Referência para Distribuição de Canais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
PSCI	Provedor de Serviço de Conexão à INTERNET.
PSM	Posto de Multifacilidades.
PSM	Posto de Serviço Multifacilidades.
PSP	Potência de Saída da Portadora.
PST	Posto de Serviço de Telecomunicações.
PTR	Ponto de Terminação de Rede.
PTT	Ponto de Troca de Tráfego (Internet).
PUC	Prestação, Utilidade ou Comodidade (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
PVCP	Gerência Geral de Comunicações Pessoais Terrestres (ANATEL).
PVR	Personal Video Recorder.
RadCom	Serviço de Radiodifusão Comunitária.
RBR	Relação de Bens Reversíveis.
RBT	Rede Brasil de Tecnologia.
RBT	Rede de distribuição de Baixa Tensão.

RCBR	Regulamento de Controle de Bens Reversíveis.
RDSI	Rede Digital de Serviços Integrados.
RDSI-FE	Rede Digital de Serviços Integrados - Faixa Estreita.
RDSI-FL	Rede Digital de Serviços Integrados - Faixa Larga.
RE	Recurso Extraordinário.
RECAP	Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras.
RECOMPE	Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional.
REDEC	Regional Estadual de Defesa Civil (Sistema Nacional de Defesa Civil).
REGISTRO.br	Registro de Domínios para a Internet no Brasil (Comitê Gestor da Internet no Brasil).
REGULATEL	Foro Latino-Americano de Autoridades Reguladoras das Telecomunicações.
RENEC	Rede Nacional de Estações Costeiras.
REPES	Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação.
REsp	Recurso Especial.
RF	Radiofrequência.
RF	Radiofrequência (Campo Eletromagnético).
RFID	Radio Frequency Identification Device (Sistema de Identificação por Radiofrequência).
RGP	Regulamento Geral de Portabilidade.
RGQ-SCM	Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia.
RGQ-SMP	Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal.
RIQ	Regulamento de Indicadores de Qualidade do Serviço Telefônico Fixo Comutado.
RITU	Rede de Intercâmbio de Televisão Universitária.
RLL	Radio in the Local Loop.
RMT	Rede de distribuição de Média Tensão.
RNI	Radiação Não Ionizante (Campo Eletromagnético).
RNP	Rede Nacional de Pesquisa.
RNR	Rede Nacional de Radiovideometria.
RPF	Request for Proposal.
RpTV	Serviço de Repetição de Televisão.
RR	Regulamento de Radiocomunicações da UIT.
RRD	Restricted Radiation Device.
RRV-SMP	SMP por meio de Rede Virtual.
RSAC	Regulamento de Separação e Alocação de Contas.
RSQ	Raiz quadrada da soma dos quadrados.

RTFM	Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.
RTV	Serviço de Retransmissão de Televisão.
RVU-M	Valor de Referência de VU-M.
SA	Specific Absorption (Absorção Específica).
SAC	Serviço de Atendimento ao Consumidor.
SAC	Stand Alone Cost (Custo Total Individual – Separação e Alocação de Contas).
SACP	Sistema de Acompanhamento de Consulta Pública.
SAM	Serviço Avançado de Mensagens.
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência.
SAP	Secondary Audio Programming (Programa Secundário de Áudio).
SAPN	Sistema de Administração dos Recursos de Numeração.
SAR	Specific Absorption Rate (Taxa de Absorção Específica).
SARC	Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos.
SART	Transponder de busca e salvamento.
SATVA	Sistema de Acompanhamento das Obrigações das Prestadoras de TV por Assinatura.
SBC	Sistema Brasileiro de Certificação.
SBPJOR	Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo.
SBRD	Sistema Brasileiro de Rádio Digital.
SBTVD	Sistema Brasileiro de Televisão Digital.
SBTVD-T	Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.
SCI	Serviço de Conexão à INTERNET.
SCM	Serviço de Comunicação Multimídia.
SCMa	Serviço de Comunicação de Massa por assinatura.
SCR	Serviço de Comunicações de Interesse Restrito.
SDE	Secretaria de Direito Econômico (Ministério da Justiça).
SDK	Software Development Kit.
SeAC	Serviço de Acesso Condicionado.
SEAE	Secretaria de Acompanhamento Econômico (Ministério da Fazenda).
SECEX	Secretaria de Controle Externo (Tribunal de Contas da União).
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.
SEFID	Secretaria de Fiscalização de Desestatização (Tribunal de Contas da União).
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
SER	Serviço Especial de Radiochamada.
SERDS	Serviço Especial de Radiodeterminação por Satélite.
SETA	Sindicato Nacional das Empresas Operadoras de Sistemas de Televisão por Assinatura (Representação empresarial).
SFS	Serviço Fixo por Satélite.
SGAL	Sistema de Gerenciamento de Áreas Locais.

SGB	Sistema Geodésico Brasileiro.
SGB	Sistema Geoestacionário Brasileiro.
SGIQ	Sistema de Gerenciamento de Indicadores de Qualidade.
SGME	Sistema de Gestão e Monitoragem do Espectro.
SGT.1	Subgrupo de Trabalho nº 1 – Comunicações do Mercosul.
SHF	Super High Frequency.
SI	Sociedade da Informação.
SIAD	Sistema Integrado de Apoio à Decisão (Programa para obtenção dos Valores de Eficiência DEA).
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.
SICAP	Sistema de Controle de Rastreamento de Documentos e Processos.
SICOM	Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo (Publicidade da Administração Pública Federal).
SIGAnatel	Sistema de Informações Geográficas do Brasil.
SIGEC	Sistema Integrado de Gestão de Créditos da ANATEL.
SINAMOB	Sistema Nacional de Mobilização.
SINAPI/IBGE	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil.
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos.
SINCAB	Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Sistemas de TV por Assinatura e Serviços Especiais de Telecomunicações (Representação profissional).
SINDEC	Sistema Nacional de Defesa Civil.
SINDER	Sindicato Nacional das Empresas de Radiocomunicações (Representação empresarial).
SINDESBS	Sistema de Informações sobre Desastres no Brasil (Sistema Nacional de Defesa Civil).
SINDISAT	Sindicato Nacional das Empresas de Telecomunicações por Satélite (Representação empresarial).
SINDITELEBRASIL	Sindicato Nacional das Empresas Operadoras de Serviços de Telecomunicações (Representação empresarial).
SINSTAL	Sindicato Nacional das Empresas Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura e Telecomunicações (Representação empresarial).
SINTEIS	Sindicatos Estaduais dos Trabalhadores em Telecomunicações (Representação profissional).
SIT	Sistema com Transponder Interrogador.
SITARWEB	Sistema de Informações Técnicas para Administração das Radiocomunicações WEB.
SLD	Serviço por Linha Dedicada.
SLDA	Serviço por Linha Dedicada para Sinais Analógicos.
SLDD	Serviço por Linha Dedicada para Sinais Digitais.
SLDT	Serviço por Linha Dedicada para Sinais Telegráficos.
SLE	Serviço Limitado Especializado.

SLMP	Serviço Limitado Móvel Privativo.
SLP	Serviço Limitado Privado.
SLPR	Serviço Limitado Privado de Radiochamada.
SMA	Serviço Móvel Aeronáutico (R, em rota; OR, fora de rota)..
SMC	Serviço Móvel Celular.
SMD	Surface Mounted Device.
SME	Serviço Móvel Especializado.
SMGS	Serviço Móvel Global por Satélite.
SMM	Serviço Móvel Marítimo.
SMP	Serviço Móvel Pessoal.
SMS	Serviço Móvel por Satélite.
SMS	Short Message Service.
SMT	Surface Mounted Technology.
SNC	Secretaria Nacional de Comunicações (MINFRA).
SNDC	Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.
Socicom	Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação.
SOCINE	Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema.
SPV	Superintendência de Serviços Privados.
SRA	Serviço de Radiocomunicação Aeronáutica Público-Restrito.
SRD	Short Range Device.
SRE	Serviço de Radiotáxi Especializado.
SRT	Serviço de Radiotáxi.
SRTT	Serviço de Rede de Transporte de Telecomunicações.
SSB	Single Side Band 'Modulation' (Modulação em Faixa Lateral Simples).
STE	Secretaria de Telecomunicações (Ministério das Comunicações).
STEL	Sistema de Serviços de Telecomunicações.
STF	Supremo Tribunal Federal.
STFC	Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral.
STJ	Superior Tribunal de Justiça.
STM	Superior Tribunal Militar.
STP	Serviço Telefônico Público (em desuso).
STS	Serviço de Transporte de Sinais de Telecomunicações por Satélite.
SUFRAMA	Superintendência da Zona Franca de Manaus.
SVA	Serviço de Valor Adicionado.
TAB	Tarifa Aduaneira do Brasil.
TAP	Television Association of Programmers (Estados Unidos da América).
TAP	Terminal de Acesso Público.
TAP	Terminal de Acesso Público (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
TBSMC	Tarifa Básica do Serviço Móvel Celular.

TCD	Termo de Compromisso de Desempenho.
TCP	Transport Control Protocol (INTERNET).
TCU	Tribunal de Contas da União.
TDD	Time Division Duplexing (Duplexação por Divisão no Tempo).
TDMA	Time Division Multiple Access (Múltiplo Acesso por Divisão em Tempo).
TEB	Taxa de Erro de Bits.
TEC	Tarifa Externa Comum.
TelComp	Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas.
TELEBRÁS	Telecomunicações Brasileiras S.A..
TELEBRASIL	Associação Brasileira de Telecomunicações.
TELEX	Comutação Telegráfica.
TFEL	Thin-Film Electroluminescent (Displays Eletroluminescentes a Filme Fino).
TFF	Taxa de Fiscalização do Funcionamento.
TFI	Taxa de Fiscalização da Instalação.
THD	Distorção harmônica total.
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação.
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação.
TIPI	Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados.
TISA	Traveller Information Services Association.
TMC	– Traffic Message Channel (Canal de Mensagem de Trânsito).
TME	Tarifa de Mudança de Endereço (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
TMN	Telecommunications Management Network.
TOE	Taxa de Onda.
TR	Taxa Referencial.
TRD	Taxa Referencial Diária.
TRF	Tribunal Regional Federal.
TRF1	Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
TRI	Termo de Responsabilidade de Instalação.
TRX	Transceptor.
TSC	Terminal Móvel de Acesso a Ser Certificado.
TSC	Terminal Portátil a Ser Certificado.
TSE	Tribunal Superior Eleitoral.
TST	Tribunal Superior do Trabalho.
TT	Tronco/Canal Telefônico de Entrada.
TU	Tarifa de Uso.
TU-COM	Tarifa de Uso de Comutação.
TU-M	Tarifa de Uso Móvel.
TU-RIU	Tarifa de Uso de Rede Interurbana.
TU-RIU1	Tarifa de Uso de Rede Interurbana Nível 1.

TU-RIU2	Tarifa de Uso de Rede Interurbana Nível 2.
TU-RL	Tarifa de Uso de Rede Local.
TUP	Telefone de Uso Público.
TUP	Telefone de Uso Público (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
TVA	Serviço Especial de Televisão por Assinatura.
TVA	Televisão por Assinatura (Espécie de Serviço Especial).
TVC	TV a Cabo.
UAC	Unidade de Atendimento de Cooperativa.
UCS	Unidade de Controle do Sistema (Sistemas de Acesso sem Fio do STFC).
UHF	Ultra High Frequency (Frequência Ultra Alta).
UIT	União Internacional de Telecomunicações (Union Internationale des Télécommunications / Unión Internacional de Telecomunicaciones).
UIT-R	Setor de Radiocomunicações da União Internacional de Telecomunicações.
UIT-R-SA	Recomendações da UIT sobre Aplicações Espaciais e Meteorologia.
ULEPICC	Unión Latina de Economía Política de la Información, la Comunicación y la Cultura.
UMB	Ultra Mobile Broadband.
UMTS	Universal Mobile Telecommunications Service (Rede celular 3G).
UNE-P	Desagregação de Plataforma.
UNICEF	United Nations Children's Fund (Fundo das Nações Unidas para a Infância).
UO	Unidade Operacional.
UPS	Uninterruptable Power Supply.
UR	Unidade Retificadora.
URA	Unidade de Resposta Audível (SMP – Gestão da Qualidade).
URA	Unidade de Resposta Automática.
URA	Unidade Remota de Assinante.
URV	Unidade Real de Valor.
USG	Unidade de Supervisão e Gerência (Sistemas de Acesso sem Fio do STFC).
UTP	Unidade de Tarificação para TUP e TAP (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
UTRAN	Universal Terrestrial Radio Access Network.
UWB	Ultrawideband.
UWIA	Ubiquitous Wireless Internet Access.
VBI	Vertical Blanking Interval (Intervalo de Apagamento Vertical).
VC	Valor de Comunicação (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
VC-1	Valor de Comunicação 1.
VC-2	Valor de Comunicação 2.
VC-3	Valor de Comunicação 3.

VC-T	Valor de Comunicação (Serviço Móvel Especializado).
VC-VST-R	Valor de Comunicação do Visitante em Roaming.
VC1	Valor de Comunicação 1 (Serviço Móvel Pessoal).
VCA	Valor de Chamada Atendida (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
VELOX	Serviço de acesso à internet de banda larga comercializado pela empresa Oi.
VHF	Very High Frequency (Frequência Muito Alta).
VIGP	Varição do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna.
VLF	Very Low Frequency.
VPA	Valor Patrimonial da Ação.
Vpe	Volt por elemento.
Vpe	Volts por elemento.
VSAT	Very Small Aperture Terminal (Certificação).
VSWR	Relação de Onda Estacionária.
VTP	Valor da Unidade de Tarificação para TUP e TAP (Serviço Telefônico Fixo Comutado).
VU-M	Valor de Remuneração de Uso de Rede do SMP.
VU-M	Valor de Uso de Rede Móvel.
VU-T	Valor de Remuneração de Uso de Rede do SME.
WACC	Weighted Average Cost of Capital (Custo Médio Ponderado de Capital na Separação e Alocação de Contas).
WAN	Wide Area Network.
WAP	Wireless Application Protocol.
WCDMA	Wideband CDMA (CDMA de banda larga).
WDM	Wavelength Division Multiplexing (Multiplexação por Divisão de Comprimento de Onda).
WDMA	Wavelegh Division Multiple Access (Acesso Múltiplo por Divisão de Comprimento de Onda).
Wi-Fi	Wireless Fidelity (padrão IEEE 802.11).
WIMAX	Worldwide Interoperability for Microwave Access.
WiMesh	WiMesh – Wireless Mesh.
WISP	Wireless Internet Service Provider.
WLAN	Wireless Local Area Network.
WLL	Wireless Local Loop (Rede Local sem Fio).
WMAN	Wireless Metropolitan Area Network.
WSIS	World Summit on the Information Society (Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação – CMSI).
WTPF-09	Fórum Mundial sobre Políticas de Telecomunicações.
WTPF-09	World Telecommunication Policy Forum.
xDSL	x Digital Subscriber Line.
θ ini	Ângulo Teta Inicial.

Normas e Atos de 2011

Fundamentos

Aspectos Históricos



Atos

Relatório Anual da ANATEL 2010

Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações

Equipamentos de Telecomunicações



Normatização

Resolução da ANATEL nº 571, de 28 de setembro de 2011 - Aprova o Regulamento para definição de formatos e tolerâncias para dados geodésicos fornecidos à Anatel.

Antenas



Normatização

Resolução da ANATEL nº 572, de 28 de setembro de 2011 - Aprova a Norma para Certificação e Homologação de Antenas de Estações Terrenas Operando com Satélites Geoestacionários.

Estações de Telecomunicações



Normatização

Resolução da ANATEL nº 572, de 28 de setembro de 2011 - Aprova a Norma para Certificação e Homologação de Antenas de Estações Terrenas Operando com Satélites Geoestacionários.

Certificação / Homologação



Normatização

Resolução da ANATEL nº 570, de 22 de agosto de 2011 - Aprova o Regulamento para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários Regulados por Válvula.

Resolução da ANATEL nº 572, de 28 de setembro de 2011 - Aprova a Norma para Certificação e Homologação de Antenas de Estações Terrenas Operando com Satélites Geoestacionários.

Espectro de Radiofrequência

Atribuição, Destinação e Designação de Radiofrequência



Normatização

Resolução da ANATEL nº 561, de 28 de janeiro de 2011 - Aprova Alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz.

- Alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz.



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.282, de 15 de abril de 2011 - Aprova a Edição 2011 do Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil.

Condições de Uso de Radiofrequência e Canalização (Distribuição de Canais)



Normatização

Resolução da ANATEL nº 561, de 28 de janeiro de 2011 - Aprova Alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz.

- Alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz.

Resolução da ANATEL nº 568, de 15 de junho de 2011 - Republica, com alterações, o Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 148 MHz a 174 MHz.

Órbita e Satélite



Atos

Súmula da ANATEL nº 10, de 15 de março de 2011 - A legislação de telecomunicações não impede a indicação de mais de um representante legal

pela exploradora de satélite estrangeiro. O representante legal da Exploradora de Satélite Estrangeiro pode ser prestadora de serviço de telecomunicações. Caso a prestadora de serviço de telecomunicações pretenda fazer uso da capacidade espacial que ela própria representa, a contratação deverá ser formalizada por intermédio de outro representante legal. O contrato de comercialização de capacidade espacial decorrente do direito de exploração de satélite estrangeiro deve ser firmado no Brasil entre o representante legal da exploradora e a prestadora de serviço de telecomunicações, partes contratuais distintas.

Administração do Setor de Telecomunicações

Fiscalização das Telecomunicações



Normatização

Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 - Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.

Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011 - Aprova a Norma Complementar nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Anexo - Norma Complementar nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária

Portaria MC nº 69, de 17 de março de 2011 - Altera o Regimento Interno do Ministério das Comunicações aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006.

Resolução da ANATEL nº 571, de 28 de setembro de 2011 - Aprova o Regulamento para definição de formatos e tolerâncias para dados geodésicos fornecidos à Anatel.



Atos

Portaria do Ministério das Comunicações nº 69/2011 - Altera o Regimento Interno do Ministério das Comunicações aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006.

Súmula da ANATEL nº 12, de 19 de dezembro de 2011 - Não cabe recurso contra ato administrativo que determine ou formalize a instauração de processo administrativo sancionador.

Liberdade de Participação



Atos

Portaria ANATEL nº 941, de 28 de outubro de 2011 - Dispõe sobre o acesso pelo público em geral aos documentos e informações acostados em Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pado) e dá outras providências.

Tributação no Setor de Telecomunicações



Normatização

Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011 - Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica; altera as Leis nos 11.478, de 29 de maio de 2007, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.248, de 23 de outubro de 1991, 9.648, de 27 de maio de 1998, 11.943, de 28 de maio de 2009, 9.808, de 20 de julho de 1999, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, 11.180, de 23 de setembro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, 11.909, de 4 de março de 2009, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.312, de 27 de novembro de 2001, e 12.058, de 13 de outubro de 2009, e o Decreto-Lei no 288, de 28 de fevereiro de 1967; institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares (Renuclear); dispõe sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga; altera a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento; e dá outras providências.

Lei nº 12.507, de 11 de outubro de 2011 - Altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir no Programa de Inclusão Digital tablet PC produzido no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo; altera as Leis nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, nº 11.482, de 31 de maio de 2007, nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011.

Outorgas

Espécies de Outorga

Concessão (regras aplicáveis)



Normatização

Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070,

de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

Anexo - Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

- ✓ A possibilidade de concessionárias explorarem mais de um serviço de telecomunicações decorreu da nova redação ao art. 86 da Lei Geral de Telecomunicações por força da Lei 12.485/2011, que disciplinou a comunicação audiovisual de acesso condicionado.

Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011 - Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU, e dá outras providências.

Anexo 1 - Anexo I ao Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011 - Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público – PGMU

Anexo 2 - Telefones de Uso Público – Concessionárias do STFC na Modalidade Local

Anexo 3 - Telefones de Uso Público – Concessionária do STFC nas Modalidades Longa Distância Nacional e Internacional

Resolução da ANATEL nº 565, de 26 de abril de 2011 - Aprova a alteração dos Contratos de Concessão para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional – LDI.

Resolução da ANATEL nº 577, de 24 de novembro de 2011 - Altera o Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, bem como o Anexo II à Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, Plano Geral de Códigos Nacionais, anexo ao Regulamento de Numeração do STFC, aprovado pela Resolução nº 86, de 30 de dezembro de 1998.



Atos

Ato da Superintendência de Radiofrequencia e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 162, de 6 de janeiro de 2011 - Determinação à Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. para que efetue inventário físico do seu patrimônio, bem como a Relação de Bens Reversíveis consistente com o Inventário atualizado do seu patrimônio.

Ato da Superintendência de Radiofrequencia e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 160, de 6 de janeiro de 2011 - Determinação à Brasil Telecom para que efetue inventário físico do seu patrimônio, bem como Relação de Bens Reversíveis consistente com o Inventário atualizado do seu patrimônio

Ato da Superintendência de Radiofrequencia e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 161, de 6 de janeiro de 2011 - Determinação à Telemar Note Leste S.A. para que efetue inventário físico do seu patrimônio, bem como a Relação de Bens Reversíveis consistente com o Inventário atualizado do seu patrimônio.

Planos de Serviços



Normatização

Resolução da ANATEL nº 577, de 24 de novembro de 2011 - Altera o Anexo I do Regulamento de Tarificação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, bem como o Anexo II à Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, Plano Geral de Códigos Nacionais, anexo ao Regulamento de Numeração do STFC, aprovado pela Resolução nº 86, de 30 de dezembro de 1998.

Políticas de Telecomunicações

Política Tarifária



Normatização

Resolução da ANATEL nº 573, de 10 de outubro de 2011 - Aprova a Norma para Implantação e Acompanhamento de Liberdade Tarifária no Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso Público em Geral, Modalidade Longa Distância Internacional.

Resolução da ANATEL nº 576, de 31 de outubro de 2011 - Aprova o Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP) ou do Serviço Móvel Especializado (SME).

Resolução da ANATEL nº 577, de 24 de novembro de 2011 - Altera o Anexo I do Regulamento de Tarificação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, bem como o Anexo II à Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, Plano Geral de Códigos Nacionais, anexo ao Regulamento de Numeração do STFC, aprovado pela Resolução nº 86, de 30 de dezembro de 1998.

Política Industrial



Normatização

Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011 - Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica; altera as Leis nos 11.478, de 29 de maio de 2007, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.248, de 23 de outubro de 1991, 9.648, de 27 de maio de 1998, 11.943, de 28 de maio de 2009, 9.808, de 20 de julho de 1999, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, 11.180, de 23 de setembro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, 11.909, de 4 de março de 2009, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.312, de 27 de novembro de 2001, e 12.058, de 13 de outubro de 2009, e o Decreto-Lei no 288, de 28 de fevereiro de 1967; institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares (Renuclear); dispõe sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga; altera a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento; e dá outras providências.

Lei nº 12.507, de 11 de outubro de 2011 - Altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir no Programa de Inclusão Digital tablet PC produzido no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo; altera as Leis nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, nº 11.482, de 31 de maio de 2007, nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011.

Concorrência no Setor de Telecomunicações



Concorrência no Setor de Telecomunicações

O Serviço de Comunicação Multimídia apresenta-se como serviço convergente com pretensão de introduzir utilidades concorrentes às fornecidas por serviços tradicionais do setor.



Normatização

Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 - Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.

Decreto nº 7.628, de 30 de novembro de 2011 - Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2012 das empresas estatais federais, e dá outras providências.

Resolução da ANATEL nº 573, de 10 de outubro de 2011 - Aprova a Norma para Implantação e Acompanhamento de Liberdade Tarifária no Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso Público em Geral, Modalidade Longa Distância Internacional.



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.970, de 1º de abril de 2011 - Anuência prévia à reestruturação societária decorrente da aquisição da Vivo pela Telefônica.

Anexo

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.703, de 16 de agosto de 2011 - Anuência prévia à incorporação da VIVO TELECOMUNICAÇÕES S/A pela TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELES P.

Universalização e Massificação



Normatização

Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011 - Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica; altera as Leis nos 11.478, de 29 de maio de 2007, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.248, de 23 de outubro de 1991, 9.648, de 27 de maio de 1998, 11.943, de 28 de maio de 2009, 9.808, de 20 de julho de 1999, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, 11.180, de 23 de setembro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, 11.909, de 4 de março de 2009, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.312, de 27 de novembro de 2001, e 12.058, de 13 de outubro de 2009, e o Decreto-Lei no 288, de 28 de fevereiro de 1967; institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares (Renuclear); dispõe sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga; altera a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento; e dá outras providências.

Acesso às Telecomunicações



Normatização

Portaria MC nº 376, de 19 de agosto de 2011 - Institui o Projeto de Implantação e Manutenção das Cidades Digitais.

Educação e Pesquisa



Normatização

Portaria MC nº 376, de 19 de agosto de 2011 - Institui o Projeto de Implantação e Manutenção das Cidades Digitais.

Metas de Universalização



Normatização

Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011 - Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU, e dá outras providências.

Anexo 1 - Anexo 1 ao Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011 - Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público – PGMU

Anexo 2 - Telefones de Uso Público – Concessionárias do STFC na Modalidade Local

Anexo 3 - Telefones de Uso Público – Concessionária do STFC nas Modalidades Longa Distância Nacional e Internacional

Resolução da ANATEL nº 569, de 5 de agosto de 2011 - Aprova a prorrogação dos prazos estabelecidos nos arts. 12, 17 e 18 do Regulamento de Acompanhamento e Controle das Obrigações de Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público geral - STFC, aprovado pela Resolução nº 536, de 9 de novembro de 2009, para o ano de 2011, e a alteração do referido regulamento, para incluir novo dispositivo (art. 23).

Pesquisa & Desenvolvimento



Normatização

Portaria MC nº 376, de 19 de agosto de 2011 - Institui o Projeto de Implantação e Manutenção das Cidades Digitais.

Qualidade do Serviço



Normatização

Resolução da ANATEL nº 567, de 24 de maio de 2011 - Aprova alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 2005; do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 2007; e do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado pela Resolução nº 488, de 2007, e alterado pela Resolução nº 528, de 2009.

Anexo - Alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado

Resolução da ANATEL nº 574, de 28 de outubro de 2011 - Aprova o Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia (RGQ-SCM).

Resolução da ANATEL nº 575, de 28 de outubro de 2011 - Aprova o Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal - RGQ-SMP e altera o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, e alterado pelas Resoluções nº 491, de 12 de fevereiro de 2008, nº 509, de 14 de agosto de 2008, nº 564, de 20 de abril de 2011 e nº 567, de 24 de maio de 2011.

Controle Social, Hierárquico e Interorgânico



Normatização

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

Resolução da ANATEL nº 567, de 24 de maio de 2011 - Aprova alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 2005; do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 2007; e do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado pela Resolução nº 488, de 2007, e alterado pela Resolução nº 528, de 2009.

Anexo - Alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado



Atos

Portaria ANATEL nº 941, de 28 de outubro de 2011 - Dispõe sobre o acesso pelo público em geral aos documentos e informações acostados em Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pado) e dá outras providências.

Relatório Anual da ANATEL 2010

Sigilo em Telecomunicações



Normatização

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.



Atos

Portaria ANATEL n° 941, de 28 de outubro de 2011 - Dispõe sobre o acesso pelo público em geral aos documentos e informações acostados em Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pado) e dá outras providências.

Convergência



Normatização

Portaria MC n° 491, de 23 de novembro de 2011 - Altera a Portaria n° 652, de 10 de outubro de 2006.

Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações

Quanto ao Regime Jurídico de Prestação

Serviço Prestado em Regime Público



Normatização

Resolução da ANATEL n° 573, de 10 de outubro de 2011 - Aprova a Norma para Implantação e Acompanhamento de Liberdade Tarifária no Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso Público em Geral, Modalidade Longa Distância Internacional.

Quanto ao Gênero

Serviço Limitado

Serviço Limitado Privado



Normatização

Resolução da ANATEL n° 568, de 15 de junho de 2011 - Republica, com alterações, o Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 148 MHz a 174 MHz.

Serviço de Valor Adicionado



Normatização

Resolução n° 4, de 16 de setembro de 2011 - Reafirma o entendimento do CGI.br sobre a natureza do serviço de conexão à internet.

Quanto à Perspectiva Convergente

Comunicação Multimídia



Normatização

Resolução da ANATEL nº 574, de 28 de outubro de 2011 - Aprova o Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia (RGQ-SCM).

Resolução da ANATEL nº 575, de 28 de outubro de 2011 - Aprova o Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal - RGQ-SMP e altera o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, e alterado pelas Resoluções nº 491, de 12 de fevereiro de 2008, nº 509, de 14 de agosto de 2008, nº 564, de 20 de abril de 2011 e nº 567, de 24 de maio de 2011.

Comunicação de Massa



Normatização

Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

Anexo - Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

- ✓ Reunião dos serviços de TV a Cabo (TVC), MMDS, DTH e TVA sob a nomenclatura abrangente de Serviço de Acesso Condicionado.

Serviços no Setor de Telecomunicações

Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)



Normatização

Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

Anexo - Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

- ✓ A Lei 12.485/2011, no seu art. 37, § 18, prevê que a concessionária de STFC poderá solicitar, a qualquer tempo, a adequação do contrato de concessão para

eliminação das restrições que vedem a possibilidade de que a concessionária do serviço e suas coligadas, controladas ou controladoras prestem serviço de TVC, inclusive nas áreas geográficas de prestação do serviço objeto da referida concessão.

Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011 - Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU, e dá outras providências.

Anexo 1 - Anexo 1 ao Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011 - Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU

Anexo 2 - Telefones de Uso Público - Concessionárias do STFC na Modalidade Local

Anexo 3 - Telefones de Uso Público - Concessionária do STFC nas Modalidades Longa Distância Nacional e Internacional

Resolução da ANATEL nº 560, de 21 de janeiro de 2011 - Aprova o Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC.

Anexo - Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC.

Resolução da ANATEL nº 561, de 28 de janeiro de 2011 - Aprova Alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz.

- Alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz.

Resolução da ANATEL nº 565, de 26 de abril de 2011 - Aprova a alteração dos Contratos de Concessão para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI.

Resolução da ANATEL nº 567, de 24 de maio de 2011 - Aprova alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 2005; do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 2007; e do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado pela Resolução nº 488, de 2007, e alterado pela Resolução nº 528, de 2009.

Anexo - Alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado

Resolução da ANATEL nº 568, de 15 de junho de 2011 - Republica, com alterações, o Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 148 MHz a 174 MHz.

Resolução da ANATEL nº 569, de 5 de agosto de 2011 - Aprova a prorrogação dos prazos estabelecidos nos arts. 12, 17 e 18 do Regulamento de Acompanhamento e Controle das Obrigações de Universalização do Serviço

Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público geral - STFC, aprovado pela Resolução nº 536, de 9 de novembro de 2009, para o ano de 2011, e a alteração do referido regulamento, para incluir novo dispositivo (art. 23).

Resolução da ANATEL nº 573, de 10 de outubro de 2011 - Aprova a Norma para Implantação e Acompanhamento de Liberdade Tarifária no Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso Público em Geral, Modalidade Longa Distância Internacional.

Resolução da ANATEL nº 577, de 24 de novembro de 2011 - Altera o Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, bem como o Anexo II à Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, Plano Geral de Códigos Nacionais, anexo ao Regulamento de Numeração do STFC, aprovado pela Resolução nº 86, de 30 de dezembro de 1998.



Atos

Ato da Superintendência de Radiofrequencia e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 162, de 6 de janeiro de 2011 - Determinação à Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. para que efetue inventário físico do seu patrimônio, bem como a Relação de Bens Reversíveis consistente com o Inventário atualizado do seu patrimônio.

Ato da Superintendência de Radiofrequencia e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 160, de 6 de janeiro de 2011 - Determinação à Brasil Telecom para que efetue inventário físico do seu patrimônio, bem como Relação de Bens Reversíveis consistente com o Inventário atualizado do seu patrimônio

Ato da Superintendência de Radiofrequencia e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 161, de 6 de janeiro de 2011 - Determinação à Telemar Note Leste S.A. para que efetue inventário físico do seu patrimônio, bem como a Relação de Bens Reversíveis consistente com o Inventário atualizado do seu patrimônio.

Súmula da ANATEL nº 11, de 17 de novembro de 2011 - Estão incluídas na base de cálculo do ônus contratual previsto nos Contratos de Concessão de 2006/2010, para prestação do STFC, dentre outras, as receitas de interconexão, PUC, e, ainda, de outros serviços adicionais e receitas operacionais inerentes ao STFC.

Serviço Móvel Pessoal (SMP)



Normatização

Resolução da ANATEL nº 567, de 24 de maio de 2011 - Aprova alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 2005; do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 2007; e do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado pela Resolução nº 488, de 2007, e alterado pela Resolução nº 528, de 2009.

Anexo - Alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado

Serviço de Comunicação Multimídia (SCM)



Normatização

Resolução da ANATEL nº 561, de 28 de janeiro de 2011 - Aprova Alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz.

- Alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz.

Resolução da ANATEL nº 574, de 28 de outubro de 2011 - Aprova o Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia (RGQ-SCM).

Resolução da ANATEL nº 575, de 28 de outubro de 2011 - Aprova o Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal - RGQ-SMP e altera o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, e alterado pelas Resoluções nº 491, de 12 de fevereiro de 2008, nº 509, de 14 de agosto de 2008, nº 564, de 20 de abril de 2011 e nº 567, de 24 de maio de 2011.

TV a Cabo



Normatização

Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

Anexo - Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

Resolução da ANATEL nº 567, de 24 de maio de 2011 - Aprova alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 2005; do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 2007; e do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado pela Resolução nº 488, de 2007, e alterado pela Resolução nº 528, de 2009.

Anexo - Alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado

TVA (Serviço Especial de TV por Assinatura)



Normatização

Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

Anexo - Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

Resolução da ANATEL nº 567, de 24 de maio de 2011 - Aprova alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 2005; do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 2007; e do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado pela Resolução nº 488, de 2007, e alterado pela Resolução nº 528, de 2009.

Anexo - Alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado

DTH (Direct to Home - Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite)



Normatização

Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

Anexo - Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

Resolução da ANATEL nº 563, de 30 de março de 2011 - Alteração na Destinação das Faixas de Radiofrequências de 12,2 GHz a 12,7 GHz e de 17,3 GHz a 17,7 GHz.

Resolução da ANATEL nº 567, de 24 de maio de 2011 - Aprova alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 2005; do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 2007; e do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado pela Resolução nº 488, de 2007, e alterado pela Resolução nº 528, de 2009.

Anexo - Alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado

MMDS (Multichannel Multipoint Distribution Service - Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal)



Normatização

Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

Anexo - Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

Resolução da ANATEL nº 567, de 24 de maio de 2011 - Aprova alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 2005; do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 2007; e do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado pela Resolução nº 488, de 2007, e alterado pela Resolução nº 528, de 2009.

Anexo - Alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.156, de 22 de julho de 2011 - Aprova o modelo de Termo de Autorização do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS).

Anexo - Modelo de Termo de Autorização do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS)

Serviço Rádio do Cidadão



Normatização

Resolução da ANATEL nº 578, de 30 de novembro de 2011 - Aprova o Regulamento do Serviço Rádio do Cidadão.

Radiodifusão



Normatização

Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

Anexo - Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

- ✓ A Lei 12.485/2011, art. 1º, parágrafo único, exclui do seu campo de aplicação os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, ressalvados os dispositivos que expressamente façam menção a esses serviços ou a suas prestadoras.

Portaria MC nº 256, de 6 de julho de 2011 - Dispõe sobre a análise de pedido de outorga para a execução dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

Portaria MC nº 420, de 14 de setembro de 2011 - Dispõe sobre o procedimento para outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

Anexo - Documentos necessários à instrução das propostas das pessoas jurídicas de direito público interno, em original ou cópia autenticada.

Portaria MC nº 69, de 17 de março de 2011 - Altera o Regimento Interno do Ministério das Comunicações aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006.

Portaria MC nº 491, de 23 de novembro de 2011 - Altera a Portaria nº 652, de 10 de outubro de 2006.

Portaria MC nº 498, de 5 de dezembro de 2011 - Aprova a Norma de Procedimentos de Autorização para a Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens

Anexo - Norma de Procedimentos de Autorização para a Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão

Portaria MC nº 561, de 22 de dezembro de 2011 - Altera a Norma de Procedimentos de Autorização para a Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, aprovada pela Portaria nº 498, de 5 de dezembro de 2011.

Resolução da ANATEL nº 563, de 30 de março de 2011 - Alteração na Destinação das Faixas de Radiofrequências de 12,2 GHz a 12,7 GHz e de 17,3 GHz a 17,7 GHz.



Atos

Portaria do Ministério das Comunicações nº 69/2011 - Altera o Regimento Interno do Ministério das Comunicações aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006.

Radiodifusão Comunitária



Normatização

Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011 - Aprova a Norma Complementar nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Anexo - Norma Complementar nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária

Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos (SARC)



Normatização

Portaria MC nº 69, de 17 de março de 2011 - Altera o Regimento Interno do Ministério das Comunicações aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006.



Atos

Portaria do Ministério das Comunicações nº 69/2011 - Altera o Regimento Interno do Ministério das Comunicações aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006.

Serviço de Radiotáxi



Normatização

Resolução da ANATEL nº 568, de 15 de junho de 2011 - Republica, com alterações, o Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 148 MHz a 174 MHz.

Serviço Móvel Marítimo



Normatização

Resolução da ANATEL nº 568, de 15 de junho de 2011 - Republica, com alterações, o Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 148 MHz a 174 MHz.

Serviço Limitado Privado



Normatização

Resolução da ANATEL nº 561, de 28 de janeiro de 2011 - Aprova Alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz.
- Alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz.

Serviço de Telefonia Rural



Normatização

Resolução da ANATEL nº 568, de 15 de junho de 2011 - Republica, com alterações, o Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 148 MHz a 174 MHz.

Serviço de Acesso Condicionado



Normatização

Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

Anexo - Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

Ramos Jurídicos Afins

Direito do Consumidor



Normatização

Resolução da ANATEL nº 567, de 24 de maio de 2011 - Aprova alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 2005; do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 2007; e do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado pela Resolução nº 488, de 2007, e alterado pela Resolução nº 528, de 2009.

Anexo - Alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado

Direito da Concorrência



Normatização

Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 - Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.970, de 1º de abril de 2011 - Anuência prévia à reestruturação societária decorrente da aquisição da Vivo pela Telefônica.

Anexo

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.703, de 16 de agosto de 2011 - Anuência prévia à incorporação da VIVO TELECOMUNICAÇÕES S/A pela TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELES.P.

Direito Administrativo



Atos

Súmula da ANATEL nº 12, de 19 de dezembro de 2011 - Não cabe recurso contra ato administrativo que determine ou formalize a instauração de processo administrativo sancionador.

Aplicações de Telecomunicações

Aplicações Educacionais



Normatização

Portaria MC nº 256, de 6 de julho de 2011 - Dispõe sobre a análise de pedido de outorga para a execução dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

Portaria MC nº 420, de 14 de setembro de 2011 - Dispõe sobre o procedimento para outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

Anexo - Documentos necessários à instrução das propostas das pessoas jurídicas de direito público interno, em original ou cópia autenticada.

Internet



Normatização

Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011 - Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica; altera as Leis nos 11.478, de 29 de maio de 2007, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.248, de 23 de outubro de 1991, 9.648, de 27 de maio de 1998, 11.943, de 28 de maio de 2009, 9.808, de 20 de julho de 1999, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, 11.180, de 23 de setembro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, 11.909, de 4 de março de 2009, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.312, de 27 de novembro de 2001, e 12.058, de 13 de

outubro de 2009, e o Decreto-Lei no 288, de 28 de fevereiro de 1967; institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares (Renuclear); dispõe sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga; altera a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento; e dá outras providências.

Resolução nº 4, de 16 de setembro de 2011 - Reafirma o entendimento do CGI.br sobre a natureza do serviço de conexão à internet.

Acesso a Serviços de Interesse Público e Uso de Radiofrequência por tais Serviços



Normatização

Resolução da ANATEL nº 564, de 20 de abril de 2011 - Aprova alteração no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, e alterado pelas Resoluções nº 491, de 12 de fevereiro de 2008, e nº 509, de 14 de agosto de 2008.

Anexo

Banda Larga



Normatização

Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011 - Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica; altera as Leis nos 11.478, de 29 de maio de 2007, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.248, de 23 de outubro de 1991, 9.648, de 27 de maio de 1998, 11.943, de 28 de maio de 2009, 9.808, de 20 de julho de 1999, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, 11.180, de 23 de setembro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, 11.909, de 4 de março de 2009, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.312, de 27 de novembro de 2001, e 12.058, de 13 de outubro de 2009, e o Decreto-Lei no 288, de 28 de fevereiro de 1967; institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares (Renuclear); dispõe sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga; altera a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento; e dá outras providências.

Resolução da ANATEL nº 574, de 28 de outubro de 2011 - Aprova o Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia (RGQ-SCM).

Resolução da ANATEL nº 575, de 28 de outubro de 2011 - Aprova o Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal

- RGQ-SMP e altera o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, e alterado pelas Resoluções nº 491, de 12 de fevereiro de 2008, nº 509, de 14 de agosto de 2008, nº 564, de 20 de abril de 2011 e nº 567, de 24 de maio de 2011.

Atores no Setor de Telecomunicações

ANATEL



Normatização

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.



Atos

Portaria ANATEL nº 941, de 28 de outubro de 2011 - Dispõe sobre o acesso pelo público em geral aos documentos e informações acostados em Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pado) e dá outras providências.

Relatório Anual da ANATEL 2010

Súmula da ANATEL nº 12, de 19 de dezembro de 2011 - Não cabe recurso contra ato administrativo que determine ou formalize a instauração de processo administrativo sancionador.

CADE



Normatização

Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 - Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.

Poder Executivo

Presidência da República



Normatização

Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011 - Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU, e dá outras providências.

Anexo 1 - Anexo 1 ao Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011 - Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público – PGMU

Anexo 2 - Telefones de Uso Público – Concessionárias do STFC na Modalidade Local

Anexo 3 - Telefones de Uso Público – Concessionária do STFC nas Modalidades Longa Distância Nacional e Internacional

Ministério da Justiça



Normatização

Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

Anexo - Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

- ✓ Previsão legal de compulsória classificação informativa do natureza do conteúdo e das faixas etárias recomendadas para o Serviço de Acesso Condicionado.

Ministério das Comunicações



Normatização

Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011 - Aprova a Norma Complementar nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Anexo - Norma Complementar nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária

Portaria MC nº 69, de 17 de março de 2011 - Altera o Regimento Interno do Ministério das Comunicações aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006.

Portaria MC nº 498, de 5 de dezembro de 2011 - Aprova a Norma de Procedimentos de Autorização para a Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, ancilares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens

Anexo - Norma de Procedimentos de Autorização para a Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão

Portaria MC nº 561, de 22 de dezembro de 2011 - Altera a Norma de Procedimentos de Autorização para a Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, aprovada pela Portaria nº 498, de 5 de dezembro de 2011.



Atos

Portaria do Ministério das Comunicações nº 69/2011 - Altera o Regimento Interno do Ministério das Comunicações aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006.

Prestadora / Operadora



Normatização

Decreto nº 7.628, de 30 de novembro de 2011 - Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2012 das empresas estatais federais, e dá outras providências.

Resolução da ANATEL nº 567, de 24 de maio de 2011 - Aprova alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 2005; do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 2007; e do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado pela Resolução nº 488, de 2007, e alterado pela Resolução nº 528, de 2009.

Anexo - Alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado

Resolução da ANATEL nº 569, de 5 de agosto de 2011 - Aprova a prorrogação dos prazos estabelecidos nos arts. 12, 17 e 18 do Regulamento de Acompanhamento e Controle das Obrigações de Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público geral - STFC, aprovado pela Resolução nº 536, de 9 de novembro de 2009, para o ano de 2011, e a alteração do referido regulamento, para incluir novo dispositivo (art. 23).

Resolução da ANATEL nº 573, de 10 de outubro de 2011 - Aprova a Norma para Implantação e Acompanhamento de Liberdade Tarifária no Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso Público em Geral, Modalidade Longa Distância Internacional.



Atos

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.970, de 1º de abril de 2011 - Anuência prévia à reestruturação societária decorrente da aquisição da Vivo pela Telefônica.

Anexo

Ato da Superintendência de Radiofrequencia e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 162, de 6 de janeiro de 2011 - Determinação à Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. para que efetue inventário físico do seu patrimônio, bem como a Relação de Bens Reversíveis consistente com o Inventário atualizado do seu patrimônio.

Ato da Superintendência de Radiofrequencia e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 160, de 6 de janeiro de 2011 - Determinação à Brasil Telecom para que efetue inventário físico do seu patrimônio, bem como a Relação de Bens Reversíveis consistente com o Inventário atualizado do seu patrimônio

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.703, de 16 de agosto de 2011 - Anuência prévia à incorporação da VIVO TELECOMUNICAÇÕES S/A pela TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELES P.

Ato da Superintendência de Radiofrequencia e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 161, de 6 de janeiro de 2011 - Determinação à Telemar Note Leste S.A. para que efetue inventário físico do seu patrimônio, bem como a Relação de Bens Reversíveis consistente com o Inventário atualizado do seu patrimônio.

Usuário / Consumidor



Normatização

Resolução da ANATEL nº 567, de 24 de maio de 2011 - Aprova alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 2005; do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 2007; e do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado pela Resolução nº 488, de 2007, e alterado pela Resolução nº 528, de 2009.

Anexo - Alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado

Resolução da ANATEL nº 569, de 5 de agosto de 2011 - Aprova a prorrogação dos prazos estabelecidos nos arts. 12, 17 e 18 do Regulamento de Acompanhamento e Controle das Obrigações de Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público geral - STFC, aprovado pela Resolução nº 536, de 9 de novembro de 2009, para o ano de 2011, e a alteração do referido regulamento, para incluir novo dispositivo (art. 23).

Resolução da ANATEL nº 573, de 10 de outubro de 2011 - Aprova a Norma para Implantação e Acompanhamento de Liberdade Tarifária no Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso Público em Geral, Modalidade Longa Distância Internacional.

ANCINE



Normatização

Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

Anexo - Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.

- ✓ Previsão legal de competência da Ancine para regulação e fiscalização das atividades de programação e empacotamento na comunicação audiovisual de acesso condicionado.

Normas Referenciadas

Lei Ordinária

Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011 - Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica; altera as Leis nos 11.478, de 29 de maio de 2007, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 12.350, de 20 de dezembro de 2010, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.248, de 23 de outubro de 1991, 9.648, de 27 de maio de 1998, 11.943, de 28 de maio de 2009, 9.808, de 20 de julho de 1999, 10.260, de 12 de julho de 2001, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, 11.180, de 23 de setembro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, 11.909, de 4 de março de 2009, 11.371, de 28 de novembro de 2006, 12.249, de 11 de junho de 2010, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 10.312, de 27 de novembro de 2001, e 12.058, de 13 de outubro de 2009, e o Decreto-Lei no 288, de 28 de fevereiro de 1967; institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares (Renuclear); dispõe sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga; altera a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM); dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento; e dá outras providências.	
Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso V; LGT, Art. 3º, inciso I; LGT, Art. 19, inciso I; LGT, Art. 149, caput.
Altera	Lei nº 6.404/1976 Lei nº 8.248/1991 - Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências. Lei nº 9.430/1996 Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 Lei nº 10.312, de 27 de novembro de 2001 Lei nº 11.196/2005 - Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dentre outras providências. Lei 11.478, de 29 de maio de 2007 Lei 12.058, de 13 de outubro de 2009 Lei nº 12.350/2010 - Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014; promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das

	atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas; altera as Leis nos 11.774, de 17 de setembro de 2008, 10.182, de 12 de fevereiro de 2001, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.959, de 27 de janeiro de 2000, 10.887, de 18 de junho de 2004, 12.058, de 13 de outubro de 2009, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 12.024, de 27 de agosto de 2009, 9.504, de 30 de setembro de 1997, 10.996, de 15 de dezembro de 2004, 11.977, de 7 de julho de 2009, e 12.249, de 11 de junho de 2010, os Decretos-Leis nos 37, de 18 de novembro de 1966, e 1.455, de 7 de abril de 1976; revoga dispositivos das Leis nos 11.196, de 21 de novembro de 2005, 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e dá outras providências. Decreto-Lei nº 288/1967 - Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 26/06/2011 Diário Oficial da União, Seção 1, 29/06/2011 [Retificação]

Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011 - Dispõe sobre a comunicação audiovisual de acesso condicionado; altera a Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nºs 11.437, de 28 de dezembro de 2006, 5.070, de 7 de julho de 1966, 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e 9.472, de 16 de julho de 1997; e dá outras providências.

Anexos	Anexo - Anexo I da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001.
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XI; CF, Art. 21, inciso XVI; CF, Art. 22, inciso IV; CF, Art. 48, inciso XII; CF, Art. 170, inciso III; CF, Art. 220, § 5º; CF, Art. 221, inciso IV; CF, Art. 222, § 3º; LGT, Art. 1º, caput; LGT, Art. 86, caput; LGT, Art. 86, caput (em 12/09/2011); LGT, Art. 212, caput.
Altera	Lei nº 8.977/1995 - Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo, e dá outras providências. Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. Medida Provisória nº 2.228-1/2001
Correlata	Lei nº 7.505/1986 Lei nº 8.313/1991 Lei nº 8.685/1993
Regulamenta	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 13/09/2011

Lei nº 12.507, de 11 de outubro de 2011 - Altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir no Programa de Inclusão Digital tablet PC produzido no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo; altera as Leis nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, nº 11.482, de 31 de maio de 2007, nº 11.508, de 20 de julho de 2007, e nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011.

Dispositivos	CF, Art. 149, caput; LGT, Art. 2º, inciso V; LGT, Art. 3º, inciso I; LGT, Art. 19, inciso I.
Altera	Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 Lei nº 10.833/2003 Lei nº 11.196/2005 - Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial

	de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dentre outras providências. Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007 Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007 Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 13/10/2011

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.

Dispositivos	CF, Art. 37; LGT, Art. 39, caput; LGT, Art. 174, caput.
Altera	Lei nº 8.112/1990 - Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Lei nº 8.159/1991 - Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.
Correlata	Lei 9.507, de 12 de novembro de 1997
Regulamenta	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
Publicação	Diário Oficial da União, Edição Extra, 18/11/2001, págs. 1-4

Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 - Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências.

Dispositivos	CF, Art. 170, inciso IV; CF, Art. 173, § 4º (em 04/06/1998); LGT, Art. 7º, § 2º; LGT, Art. 19, inciso XIX; LGT, Art. 70, caput.
Altera	Lei nº 7.347/1985 Lei nº 8.137/1990 Lei nº 8.884/1994 - Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências. Código de Processo Penal
Correlata	Lei 8.437, de 30 de junho de 1992 Lei nº 5.869/1973 Lei nº 6.404/1976 Lei 6.830, de 22 de setembro de 1980 Lei nº 7.347/1985 Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor. Lei 9.008, de 21 de março de 1995 Lei nº 9.784/1999 - Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
Regulamenta	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 01/01/2011

Decreto

Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011 - Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU, e dá outras providências.	
Anexos	Anexo 1 - Anexo I ao Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011 - Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público – PGMU Anexo 2 - Telefones de Uso Público – Concessionárias do STFC na Modalidade Local Anexo 3 - Telefones de Uso Público – Concessionária do STFC nas Modalidades Longa Distância Nacional e Internacional
Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso I; LGT, Art. 2º, inciso II; LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 79, § 1º; LGT, Art. 80, caput.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Edição Extra, 30/06/2011 Diário Oficial da União, Seção 1, 07/07/2011 [Retificação]

Decreto nº 7.628, de 30 de novembro de 2011 - Aprova o Programa de Dispendios Globais - PDG para 2012 das empresas estatais federais, e dá outras providências.	
Anexos	
Dispositivos	LGT, Art. 186, caput.

Portaria Ministerial

Portaria MC nº 256, de 6 de julho de 2011 - Dispõe sobre a análise de pedido de outorga para a execução dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.	
Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Dispositivos	CF, Art. 223, § 3º; LGT, Art. 211, caput.
Correlata	Decreto-Lei nº 236/1967 - Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. Anexo ao Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 - Regulamento dos Serviços de Radiodifusão. Decreto nº 2.108/1996 - Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores.
Regulamenta	Lei nº 4.117/1962 - Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 07/07/2011, págs. 48-50

Portaria MC nº 376, de 19 de agosto de 2011 - Institui o Projeto de Implantação e Manutenção das Cidades Digitais.	
Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso I.

Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 22/08/2011, pág. 76
------------	---

Portaria MC nº 420, de 14 de setembro de 2011 - Dispõe sobre o procedimento para outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos.

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Anexos	Anexo - Documentos necessários à instrução das propostas das pessoas jurídicas de direito público interno, em original ou cópia autenticada.
Dispositivos	CF, Art. 222, § 3º; LGT, Art. 211, caput.
Correlata	Decreto-Lei nº 236/1967 - Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. Decreto nº 52.795/1963 - Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão. Decreto nº 2.108/1996 - Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores.
Regulamenta	Lei nº 4.117/1962 - Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 19/09/2011, págs. 67-69

Resolução nº 4, de 16 de setembro de 2011 - Reafirma o entendimento do CGI.br sobre a natureza do serviço de conexão à internet.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Dispositivos	LGT, Art. 61, § 2º.
Correlata	Anexo à Portaria MC nº 148, de 31 de maio de 1995 - Norma 004/95 – Uso dos Meios da Rede Pública de Telecomunicações para Acesso à INTERNET.

Portaria MC nº 462, de 14 de outubro de 2011 - Aprova a Norma Complementar nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Anexos	Anexo - Norma Complementar nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária
Dispositivos	CF, Art. 21, inciso XII, alínea a; LGT, Art. 211, caput.
Correlata	Lei nº 4.117/1962 - Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Lei nº 9.612/1998 - Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. Medida Provisória nº 2.216-37/2001 Decreto nº 52.795/1963 - Aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão. Resolução da ANATEL nº 60/1998 - Designação de canal para utilização no Serviço de Radiodifusão Comunitária. Resolução da ANATEL nº 67/1998 - Aprova o Regulamento Técnico para Emissoras de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada.
Regulamenta	Decreto nº 2.615/1998 - Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 18/10/2011, págs. 68-78

Portaria MC nº 69, de 17 de março de 2011 - Altera o Regimento Interno do Ministério das Comunicações aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006.

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Dispositivos	LGT, Art. 1º, Parágrafo Único; LGT, Art. 211, Parágrafo Único.
Altera	Portaria MC nº 401/2006 - Aprova o Regimento Interno do Ministério das Comunicações
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 18/03/2011, pág. 71

Portaria MC nº 491, de 23 de novembro de 2011 - Altera a Portaria nº 652, de 10 de outubro de 2006.

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Dispositivos	LGT, Art. 211, caput.
Altera	Portaria MC nº 652/2006 - Estabelece critérios, procedimentos e prazos para a consignação de canais de radiofrequência destinados à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens do serviço de retransmissão de televisão, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre – SBTVD-T.
Correlata	Decreto-Lei nº 236/1967 - Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 24/11/2011, págs. 96-97

Portaria MC nº 498, de 5 de dezembro de 2011 - Aprova a Norma de Procedimentos de Autorização para a Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Anexos	Anexo - Norma de Procedimentos de Autorização para a Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão
Dispositivos	LGT, Art. 211, caput.
Correlata	Decreto nº 5.371/2005 - Aprova o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens. - Anexo - Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens. Decreto nº 5.820/2006 - Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T, estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências. Portaria MC nº 93/1989 Portaria MC nº 652/2006 - Estabelece critérios, procedimentos e prazos para a consignação de canais de radiofrequência destinados à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens do serviço de retransmissão de televisão, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre – SBTVD-T. Portaria MC nº 276/2010 - Aprova a Norma nº 01/2010 – Norma Técnica para Execução dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão com utilização da tecnologia digital. - Anexo - Norma Técnica para Execução dos Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão com utilização da tecnologia digital. Resolução da ANATEL nº 284/2001 - Aprova o Regulamento Técnico para a Prestação do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e do Serviço de Retransmissão de

	Televisão. - Anexo - Regulamento Técnico para a Prestação do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens e do Serviço de Retransmissão de Televisão.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 06/12/2011, págs. 45-47

Portaria MC nº 561, de 22 de dezembro de 2011 - Altera a Norma de Procedimentos de Autorização para a Execução do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, aprovada pela Portaria nº 498, de 5 de dezembro de 2011.

Órgão Emissor	Ministério das Comunicações - Gabinete do Ministro.
Dispositivos	LGT, Art. 211, caput.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 26/12/2011, pág. 264

Resolução

Resolução da ANATEL nº 560, de 21 de janeiro de 2011 - Aprova o Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo - Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC.
Dispositivos	LGT, Art. 2º, inciso I; LGT, Art. 2º, inciso II; LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 214, inciso I.
Revoga	<p>Resolução da ANATEL nº 373/2004 - Aprova o Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC, dá nova redação ao inciso I do art. 3º e ao art. 43 do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado e dá outras providências.</p> <p>Resolução da ANATEL nº 377/2004 - Aprova a adaptação do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC, para concessão de prazos para efeito de ajustes de caráter técnico-operacionais. - Anexo - Adaptação do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC, para concessão de prazos para efeito de ajustes de caráter técnico-operacionais.</p> <p>Resolução da ANATEL nº 389/2004 - Altera o Anexo II do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC. - Anexo - Alterações do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC.</p> <p>Resolução da ANATEL nº 403/2005 - Altera o Anexo II do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC para correção de erros materiais. - Anexo - Alterações para correção de erros materiais no Anexo II do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC.</p> <p>Resolução ANATEL nº 463/2007 - Altera o Anexo II do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC. - Anexo - Alterações ao Anexo II do Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC.</p> <p>Resolução da ANATEL nº 475/2007 - Alterações das Tabelas anexas ao Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral aprovado pela Resolução nº 373, de 3 de junho de 2004. - Anexo 1 - Alteração do Anexo I do Regulamento sobre Áreas Locais para o STFCAlteração do Anexo I do Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC. - Anexo 2 - Alteração do Anexo II do Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC.</p>

	<p>Resolução da ANATEL nº 499/2008 - Altera os Anexos I e II do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC. - Anexo 1 - Altera o Anexo I do Regulamento sobre Áreas Locais. - Anexo 2 - Altera o Anexo II do Regulamento sobre Áreas Locais.</p> <p>Resolução da ANATEL nº 534/2009 - Altera os Anexos I e II do Regulamento sobre Áreas Locais para o Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC. - Anexo 1 - Do Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC. - Anexo 2 - Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC.</p>
Correlata	<p>Decreto nº 6.654/2008 - Aprova o Plano Geral de Outorgas de Serviço de Telecomunicações prestado no regime público. - Anexo 1 - Plano Geral de Outorgas. - Anexo 2 - Regiões do Plano Geral de Outorgas. - Anexo 3 - Setores das Regiões do Plano Geral de Outorgas</p> <p>Resolução da ANATEL nº 426/2005 - Aprova o Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC.</p>
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 27/01/2011, págs. 77-93

Resolução da ANATEL nº 561, de 28 de janeiro de 2011 - Aprova Alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	- Alteração do Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz.
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso VIII; LGT, Art. 160, caput; LGT, Art. 161, caput.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 03/02/2011, págs. 27-29

Resolução da ANATEL nº 562, de 9 de fevereiro de 2011 - Altera dispositivo do Regulamento anexo à Resolução nº 454, de 11 de dezembro de 2006, sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 800 MHz, 900 MHz, 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.100 MHz.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo - Altera dispositivo do Regulamento anexo à Resolução nº 454, de 11 de dezembro de 2006, sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 800 MHz, 900 MHz, 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.100 MHz.
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso VIII; LGT, Art. 157, caput; LGT, Art. 160, caput.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 454, de 11 de dezembro de 2006 - Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 800 MHz, 900 MHz, 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.100 MHz.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 11/02/2011, págs. 52-53
------------	---

Resolução da ANATEL nº 563, de 30 de março de 2011 - Alteração na Destinação das Faixas de Radiofrequências de 12,2 GHz a 12,7 GHz e de 17,3 GHz a 17,7 GHz.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso VIII; LGT, Art. 160, caput; LGT, Art. 161, caput.
Correlata	Resolução da ANATEL nº 516/2008 - Aprova o Plano Geral de Atualização da Regulamentação das Telecomunicações no Brasil (PGR).
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 01/05/2011, pag. 66

Resolução da ANATEL nº 564, de 20 de abril de 2011 - Aprova alteração no Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, e alterado pelas Resoluções nº 491, de 12 de fevereiro de 2008, e nº 509, de 14 de agosto de 2008.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo
Dispositivos	LGT, Art. 3º, caput; LGT, Art. 6º, caput.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 477, de 7 de agosto de 2007 - Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 26/01/2011, pag. 58

Resolução da ANATEL nº 565, de 26 de abril de 2011 - Aprova a alteração dos Contratos de Concessão para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional – LDI.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Dispositivos	LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 99, § 1º; LGT, Art. 207, § 1º.
Altera	Anexo 1 à Resolução da ANATEL nº 341, de 20 de junho de 2003 - Modelo de Contrato de Concessão para a Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado na Modalidade Local - 2006. Anexo 2 à Resolução da ANATEL nº 341, de 20 de junho de 2003 - Modelo de Contrato de Concessão para a Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado na Modalidade Longa Distância Nacional - 2006 (somente Embratel). Anexo 3 à Resolução da ANATEL nº 341, de 20 de junho de 2003 - Modelo de Contrato de Concessão para a Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado na Modalidade Longa Distância Nacional - 2006 (exceto Embratel). Anexo 4 à Resolução da ANATEL nº 341, de 20 de junho de 2003 - Modelo de Contrato de Concessão para a Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado na Modalidade Longa Distância Internacional - 2006.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 27/04/2011, pág. 80
------------	---

Resolução da ANATEL nº 567, de 24 de maio de 2011 - Aprova alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 426, de 2005; do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução nº 477, de 2007; e do Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura, aprovado pela Resolução nº 488, de 2007, e alterado pela Resolução nº 528, de 2009.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo - Alteração do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado
Dispositivos	CF, Art. 5º, inciso XXXII; LGT, Art. 3º, caput; LGT, Art. 127, caput; LGT, Art. 127, inciso III.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 426, de 9 de dezembro de 2005 - Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado. Anexo à Resolução da ANATEL nº 477, de 7 de agosto de 2007 - Regulamento do Serviço Móvel Pessoal – SMP. Anexo à Resolução da ANATEL nº 488, de 3 de dezembro de 2007 - Regulamento de Proteção e Defesa dos Direitos dos Assinantes dos Serviços de Televisão por Assinatura.
Correlata	Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor. Decreto nº 6.523/2008 - Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar normas gerais sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC. Portaria SDE nº 49/2009 - Para efeitos de harmonização dos procedimentos administrativos para o cumprimento das normas do Decreto 6.523, de 31 de julho de 2008, pelos órgãos públicos de defesa do consumidor, especifica hipótese prevista no elenco de práticas abusivas constante do art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 25/05/2005, págs. 107-108

Resolução da ANATEL nº 568, de 15 de junho de 2011 - Republica, com alterações, o Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 148 MHz a 174 MHz.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso VIII.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 28/06/2011, págs. 38-43

Resolução da ANATEL nº 569, de 5 de agosto de 2011 - Aprova a prorrogação dos prazos estabelecidos nos arts. 12, 17 e 18 do Regulamento de Acompanhamento e Controle das Obrigações de Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público geral - STFC, aprovado pela Resolução nº 536, de 9 de novembro de 2009, para o ano de 2011, e a alteração do referido regulamento, para incluir novo dispositivo (art. 23).

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Dispositivos	LGT, Art. 3º, inciso I; LGT, Art. 18, inciso III; LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 80, caput.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 536, de 9 de novembro de 2009 - Regulamento de Acompanhamento e Controle das Obrigações de Universalização do Serviço Telefone Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral – STFC.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 09/06/2011, pág. 70

Resolução da ANATEL nº 570, de 22 de agosto de 2011 - Aprova o Regulamento para Certificação e Homologação de Acumuladores Chumbo-Ácido Estacionários Regulados por Válvula.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso XIII; LGT, Art. 214, inciso I.
Correlata	Resolução da ANATEL nº 242/2000 - Aprova o Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 13/09/2011, págs. 83-91

Resolução da ANATEL nº 571, de 28 de setembro de 2011 - Aprova o Regulamento para definição de formatos e tolerâncias para dados geodésicos fornecidos à Anatel.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso IV; LGT, Art. 19, inciso X; LGT, Art. 173, inciso V.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 04/06/2011, págs. 36-37

Resolução da ANATEL nº 572, de 28 de setembro de 2011 - Aprova a Norma para Certificação e Homologação de Antenas de Estações Terrenas Operando com Satélites Geoestacionários.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	
Dispositivos	LGT, Art. 1º, Parágrafo Único; LGT, Art. 19, inciso XIII; LGT, Art. 170, caput; LGT, Art. 214, inciso I.
Correlata	Resolução da ANATEL nº 242/2000 - Aprova o Regulamento para Certificação e Homologação de Produtos para Telecomunicações.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 05/10/2011, págs. 56-61
------------	---

Resolução da ANATEL nº 573, de 10 de outubro de 2011 - Aprova a Norma para Implantação e Acompanhamento de Liberdade Tarifária no Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso Público em Geral, Modalidade Longa Distância Internacional.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	
Dispositivos	LGT, Art. 104, caput.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 28/10/2011, pág. 59

Resolução da ANATEL nº 574, de 28 de outubro de 2011 - Aprova o Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia (RGQ-SCM).

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	
Dispositivos	CF, Art. 5º, inciso XXXII; LGT, Art. 3º, inciso I; LGT, Art. 19, inciso X.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 31/10/2011, págs. 93 - 96

Resolução da ANATEL nº 575, de 28 de outubro de 2011 - Aprova o Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal - RGQ-SMP e altera o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP, aprovado pela Resolução nº 477, de 7 de agosto de 2007, e alterado pelas Resoluções nº 491, de 12 de fevereiro de 2008, nº 509, de 14 de agosto de 2008, nº 564, de 20 de abril de 2011 e nº 567, de 24 de maio de 2011.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	
Dispositivos	CF, Art. 5º, inciso XXXII; LGT, Art. 3º, inciso I; LGT, Art. 19, inciso X.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 477, de 7 de agosto de 2007 - Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 31/10/2011, págs. 96-102

Resolução da ANATEL nº 576, de 31 de outubro de 2011 - Aprova o Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP) ou do Serviço Móvel Especializado (SME).

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	
Dispositivos	LGT, Art. 108, caput.

Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 04/11/2011, págs. 36-37

Resolução da ANATEL nº 577, de 24 de novembro de 2011 - Altera o Anexo I do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC prestado no Regime Público, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, bem como o Anexo II à Resolução nº 263, de 8 de junho de 2001, Plano Geral de Códigos Nacionais, anexo ao Regulamento de Numeração do STFC, aprovado pela Resolução nº 86, de 30 de dezembro de 1998.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	
Dispositivos	LGT, Art. 3º, inciso IV; LGT, Art. 19, inciso IV; LGT, Art. 64, Parágrafo Único; LGT, Art. 151, caput.
Altera	Anexo à Resolução da ANATEL nº 263, de 8 de junho de 2001 - Plano Geral de Códigos Nacionais – PGCN. Anexo à Resolução da ANATEL nº 424, de 6 de dezembro de 2005 - Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral – STFC Prestado no Regime Público.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 29/11/2011, pág. 104

Resolução da ANATEL nº 578, de 30 de novembro de 2011 - Aprova o Regulamento do Serviço Rádio do Cidadão.

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	
Dispositivos	LGT, Art. 127, caput; LGT, Art. 214, inciso I.
Correlata	Anexo à Resolução da ANATEL nº 444, de 28 de setembro de 2006 - Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso da Faixa de Radiofrequências de 27 MHz para o Serviço de Rádio do Cidadão
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 06/12/2011, págs. 48-49

Atos Referenciados

Ato Administrativo

Ato

Ato da Superintendência de Radiofrequencia e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 160, de 6 de janeiro de 2011

Ementa	Determinação à Brasil Telecom para que efetue inventário físico do seu patrimônio, bem como Relação de Bens Reversíveis consistente com o Inventário atualizado do seu patrimônio
Órgão Emissor	ANATEL - Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização; ANATEL - Superintendência de Serviços Públicos.
Dispositivos	LGT, Art. 101, caput.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 10/01/2011, pág. 72

Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 161, de 6 de janeiro de 2011

Ementa	Determinação à Telemar Note Leste S.A. para que efetue inventário físico do seu patrimônio, bem como a Relação de Bens Reversíveis consistente com o Inventário atualizado do seu patrimônio.
Órgão Emissor	ANATEL - Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização; ANATEL - Superintendência de Serviços Públicos.
Dispositivos	LGT, Art. 101, caput.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 10/01/2011, pág. 72

Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 162, de 6 de janeiro de 2011

Ementa	Determinação à Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. para que efetue inventário físico do seu patrimônio, bem como a Relação de Bens Reversíveis consistente com o Inventário atualizado do seu patrimônio.
Órgão Emissor	ANATEL - Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização; ANATEL - Superintendência de Serviços Públicos.
Dispositivos	LGT, Art. 101, caput.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 10/01/2011, págs. 72-73

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.970, de 1º de abril de 2011

Ementa	Anuência prévia à reestruturação societária decorrente da aquisição da Vivo pela Telefônica.
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo
Dispositivos	LGT, Art. 7º, § 1º; LGT, Art. 19, inciso XIX; LGT, Art. 71, caput.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 11/04/2011, pág. 73

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.282, de 15 de abril de 2011

Ementa	Aprova a Edição 2011 do Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil.
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	

Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso VIII; LGT, Art. 22, inciso VIII; LGT, Art. 158, caput; LGT, Art. 158, § 1º, inciso III.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 26/04/2011, pág. 59

Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.156, de 22 de julho de 2011

Ementa	Aprova o modelo de Termo de Autorização do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS).
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Anexos	Anexo - Modelo de Termo de Autorização do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS)
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso XI.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 26/07/2011, pág. 54

Consulta Pública**Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.703, de 16 de agosto de 2011**

Ementa	Anuência prévia à incorporação da VIVO TELECOMUNICAÇÕES S/A pela TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP.
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Dispositivos	LGT, Art. 7º, § 1º; LGT, Art. 19, inciso XIX; LGT, Art. 70, caput.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 18/06/2011, pág. 123

Portaria**Portaria do Ministério das Comunicações nº 69/2011**

Ementa	Altera o Regimento Interno do Ministério das Comunicações aprovado pela Portaria nº 401, de 22 de agosto de 2006.
Órgão Emissor	Ministério das Comunicações.
Dispositivos	LGT, Art. 1º, Parágrafo Único; LGT, Art. 211, Parágrafo Único.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 18/03/2011, pág. 71

Portaria ANATEL nº 941, de 28 de outubro de 2011

Ementa	Dispõe sobre o acesso pelo público em geral aos documentos e informações acostados em Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pado) e dá outras providências.
--------	---

Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Dispositivos	LGT, Art. 174, caput.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 31/10/2011, pág. 111

Relatório Anual da ANATEL

Relatório Anual da ANATEL 2010	
Órgão Emissor	ANATEL.
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso XXVIII.

Súmula

Súmula da ANATEL nº 10, de 15 de março de 2011	
Ementa	A legislação de telecomunicações não impede a indicação de mais de um representante legal pela exploradora de satélite estrangeiro. O representante legal da Exploradora de Satélite Estrangeiro pode ser prestadora de serviço de telecomunicações. Caso a prestadora de serviço de telecomunicações pretenda fazer uso da capacidade espacial que ela própria representa, a contratação deverá ser formalizada por intermédio de outro representante legal. O contrato de comercialização de capacidade espacial decorrente do direito de exploração de satélite estrangeiro deve ser firmado no Brasil entre o representante legal da exploradora e a prestadora de serviço de telecomunicações, partes contratuais distintas.
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso XVI; LGT, Art. 171, § 1º.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 16/03/2011, pág. 61

Súmula da ANATEL nº 11, de 17 de novembro de 2011	
Ementa	Estão incluídas na base de cálculo do ônus contratual previsto nos Contratos de Concessão de 2006/2010, para prestação do STFC, dentre outras, as receitas de interconexão, PUC, e, ainda, de outros serviços adicionais e receitas operacionais inerentes ao STFC.
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Dispositivos	LGT, Art. 19, inciso XVI; LGT, Art. 99, § 1º; LGT, Art. 207, § 1º.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 24/11/2011, pág. 97

Súmula da ANATEL nº 12, de 19 de dezembro de 2011	
--	--

Ementa	Não cabe recurso contra ato administrativo que determine ou formalize a instauração de processo administrativo sancionador.
Órgão Emissor	ANATEL - Conselho Diretor.
Dispositivos	CF, TÍTULO VI - Da Tributação e do Orçamento; LGT, Art. 19, inciso XVI.
Regulamenta	Lei nº 9.472/1997 - Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.
Publicação	Diário Oficial da União, Seção 1, 20/12/2011, pág. 87

Índice Alfabético e Remissivo

Símbolos

2,5 GHz

(*ver Faixa de 2,5 GHz*)

450 MHz, 364

[Decreto nº 7.512/2011]

4G, 364

[Decreto nº 7.512/2011]

A

Acesso a Informações

disciplina legal do acesso a informações, **363**

[Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011]

Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Agência Nacional de Telecomunicações)

publicidade dos Pados da Anatel, **375**

[Portaria ANATEL nº 941/2011]

Acesso a Serviços de Interesse Público e Uso de Radiofrequência por tais Serviços, 356

Acesso às Telecomunicações, 342

Acumulador Chumbo-Ácido Estacionário Regulado por Válvula

norma para certificação e homologação de, **371**

[Resolução da ANATEL nº 570/2011]

Adaptação Compulsória

das prestadoras de TVC, TVA, MMDS e DTH à regulamentação do Serviço de Acesso Condicionado, **362**

[Lei nº 12.485/2011]

Administração do Setor de Telecomunicações, 337

Administração Ordenadora

(*ver Poder de Polícia*)

Agência Nacional do Cinema

competência para regulação e fiscalização da programação e do empacotamento na comunicação audiovisual de acesso condicionado, **362**

[Lei nº 12.485/2011]

ANATEL, 357

ANCINE, 361

(*ver Agência Nacional do Cinema*)

Antena para Estações Terrenas

norma para certificação e homologação de, **371**

[Resolução da ANATEL nº 572, de 28 de setembro de 2011]

Antenas, 335

Anuência Prévia

Vivo Participações S/A

anuência prévia à incorporação da Vivo pela Telesp, **375**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.703/2011]

anuência prévia à reestruturação societária decorrente da aquisição da Vivo pela Telefônica, **374**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.970/2011]

Aplicações de Telecomunicações, 355

Aplicações Educacionais, 355

Área de Baixa Densidade Populacional

(*ver Zona Rural*)

Área de Tarifa Básica

Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC

aprovação do, **367**

[Resolução da ANATEL nº 560/2011]

Área de Tarifação

sua alteração para o município de Altamira do Paraná, **373**

[Resolução da ANATEL nº 577, de 24 de novembro de 2011]

Área Local

Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC

aprovação do, **367**

[Resolução da ANATEL n° 560/2011]

Área Rural

(*ver Zona Rural*)

Artista

vedação de contratação de talentos artísticos nacionais de qualquer natureza, inclusive direitos sobre obras de autores nacionais por parte de prestadora de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, **362**

[Lei n° 12.485/2011]

Aspectos Históricos, 335**ATB**

(*ver Área de Tarifa Básica*)

Ato de Concentração Econômica

(*ver Competição*)

Atores no Setor de Telecomunicações, 357**Atribuição, Destinação e Designação de Radiofrequência, 336****Aumento Arbitrário de Lucros**

Serviço Telefônico Fixo Comutado
aumento arbitrário de lucros como causa de restabelecimento do regime de Tarifas Fixadas no STFC, Modalidade Longa Distância Internacional, **372**

[Resolução da ANATEL n° 573, de 10 de outubro de 2011]

Avaliação de Conformidade

(*ver Certificação*)

B**Baixa Densidade Populacional**

(*ver Zona Rural*)

Banda Larga, 356**Banda Larga, 361**

[Lei n° 12.431/2011]

Anuência Prévia

dever de expansão da banda larga derivado dos condicionamentos à anuência prévia de reestruturação societária decorrente da aquisição da Vivo pela Telefônica, **374**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL n° 1.970/2011]

esclarecimento do condicionamento imposto para aquisição da Vivo pela Telefônica de disponibilização gratuita de infraestrutura de banda larga para uso não comercial pela RNP para interiorização da rede de educação e pesquisa avançada do país, **375**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL n° 5.703/2011]

Programa Nacional de Banda Larga
aprovação de medidas tributárias de isenção da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins para modens e bens de informática no âmbito do Programa de Inclusão Digital, por ocasião da implementação do, **361**

[Lei n° 12.431/2011]

aprovação de medidas tributárias de isenção da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins para tablets no âmbito do Programa de Inclusão Digital, por ocasião da implementação do, **362**

[Lei n° 12.507/2011]

Qualidade do Serviço

fixação de prazo até 31 de outubro de 2011 para adoção, pela Anatel, de padrões de qualidade para os serviços de telecomunicações que suportam o acesso à Internet em banda larga, inclusive parâmetros de velocidade efetiva de conexão mínima e média, disponibilidade do serviço, bem como critério de publicidade e transparência para aferição da qualidade percebida pelos usuários, **364**

[Decreto nº 7.512/2011]

Banda Larga Móvel de Quarta Geração

(*ver* 4G)

Banda Larga Móvel de Quarta Geração

dever de licitação, até 30 de abril de 2012, das subfaixas de radiofrequências de 2.500 MHz a 2.690 MHz para a banda larga móvel de alta velocidade, com tecnologia de quarta geração, **364**

[Decreto nº 7.512/2011]

Bem Reversível

Inventário de Bens Reversíveis determinação de 2011 à Brasil Telecom S/A para que efetuasse o inventário físico do seu patrimônio e dos seus bens reversíveis, **373**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 160/2011]

determinação de 2011 à Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. para que efetuasse o inventário físico de todos os seus bens e dos bens reversíveis, **374**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 162/2011]

determinação de 2011 à Telemar Norte Leste S.A. para que efetuasse o inventário físico de todos os seus bens e dos bens reversíveis, **374**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 161/2011]

BRASIL TELECOM S.A.

Bem Reversível

determinação de 2011 à Brasil Telecom S/A para que efetuasse

o inventário físico do seu patrimônio e dos seus bens reversíveis, **373**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 160/2011]

C

CADE, 357

(*ver* Conselho Administrativo de Defesa Econômica)

Campo

(*ver* Zona Rural)

Canalização

(*ver* Distribuição de Canais)

Capacidade Espacial

(*ver* Provimento de Capacidade de Satélite)

Centro de Atendimento

(*ver* Centro de Atendimento (Indicadores de Qualidade do STFC))

(*ver* Centro de Atendimento (Serviço Móvel Pessoal))

(*ver* Centro de Atendimento (Serviços de Televisão por Assinatura))

Centro de Atendimento (Indicadores de Qualidade do STFC), 370

(*ver também* Serviço de Atendimento ao Consumidor)

[Resolução da ANATEL nº 567/2011]

Centro de Atendimento (Serviço Móvel Pessoal), 370

(*ver também* Serviço de Atendimento ao Consumidor)

[Resolução da ANATEL nº 567/2011]

Centro de Atendimento (Serviços de Televisão por Assinatura), 370

(*ver também* Serviço de Atendimento ao Consumidor)

[Resolução da ANATEL nº 567/2011]

Centro de Atendimento, 370

(ver também Serviço de Atendimento ao Consumidor)

[Resolução da ANATEL n° 567/2011]

Centro de Atendimento para Intermediação da Comunicação a Portadores de Necessidades Especiais, 370

(ver também Serviço de Atendimento ao Consumidor)

[Resolução da ANATEL n° 567/2011]

Certificação

Acumulador Chumbo-Ácido Estacionário Regulado por Válvula, **371**

[Resolução da ANATEL n° 570/2011]

Antena para Estações Terrenas, **371**

[Resolução da ANATEL n° 572, de 28 de setembro de 2011]

Certificação / Homologação, 335

Cidades Digitais

Tecnologias de Informação e Comunicação sua apropriação pela gestão pública local e pela população como objetivo do Projeto de Implantação e Manutenção das Cidades Digitais, **364**

[Portaria MC n° 376/2011]

Classificações de Serviços no Setor de Telecomunicações, 345

Coletivo

(ver Serviço de Interesse Coletivo)

Comercial

(ver Peça Publicitária)

Compensação Financeira

Serviço de Acesso Condicionado indevida compensação financeira na adequação das outorgas e autorizações de TVC, MMDS e DTH para o, **362**

[Lei n° 12.485/2011]

Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite

indevida compensação financeira na adequação das autorizações de DTH para o, **362**

[Lei n° 12.485/2011]

Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal

indevida compensação financeira na adequação das autorizações de MMDS para o, **362**

[Lei n° 12.485/2011]

Serviço de TV a Cabo

indevida compensação financeira na adequação das outorgas de TVC para o, **362**

[Lei n° 12.485/2011]

Televisão por Assinatura (Espécie de Serviço Especial)

devida compensação financeira na adequação das autorizações de TVA para o, **362**

[Lei n° 12.485/2011]

Competição

Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência

lei regente, **363**

[Lei n° 12.529, de 30 de novembro de 2011]

Comunicação Audiovisual de Acesso Condicionado

disciplina legal da, **362**

[Lei n° 12.485/2011]

Comunicação de Massa, 346

Comunicação Multimídia, 346

Concessão (regras aplicáveis), 338

Concessão

(ver também Concessionária)

Bem Reversível

determinação de 2011 à Brasil Telecom S/A para que efetuasse o inventário físico do seu patrimônio e dos seus bens reversíveis, **373**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL n° 160/ 2011]

determinação de 2011 à Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. para que efetuasse o inventário físico de todos os seus bens e dos bens reversíveis, **374**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 162/2011]

determinação de 2011 à Telemar Norte Leste S.A. para que efetuasse o inventário físico de todos os seus bens e dos bens reversíveis, **374**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 161/2011]

Concessionária

(*ver também* **Concessão**)

Bem Reversível

determinação de 2011 à Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. para que efetuasse o inventário físico de todos os seus bens e dos bens reversíveis, **374**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 162/2011]

determinação de 2011 à Telemar Norte Leste S.A. para que efetuasse o inventário físico de todos os seus bens e dos bens reversíveis, **374**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 161/2011]

Bens Reversíveis

determinação de 2011 à Brasil Telecom S/A para que efetuasse o inventário físico do seu patrimônio e dos seus bens reversíveis, **373**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da

Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 160/2011]

Concorrência

(*ver* **Competição**)

Concorrência no Setor de Telecomunicações, 341

Condições de Uso de Radiofrequência e Canalização (Distribuição de Canais), 336

Conselho Administrativo de Defesa Econômica, 363

(*ver também* **Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência**)

[Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011]

Consumidor

Serviço de Atendimento ao Consumidor

direito do consumidor de acesso ao conteúdo das gravações das chamadas por ele efetuadas à central de informação e de atendimento ao usuário da prestadora, **370**

[Resolução da ANATEL nº 567/2011]

Conteúdo Brasileiro, 362

[Lei nº 12.485/2011]

Contrato de Comercialização de Capacidade Espacial

, deve ser firmado no Brasil entre o representante legal da exploradora e a prestadora de serviço de telecomunicações, partes contratuais distintas, **376**

[Súmula da ANATEL nº 10, de 15 de março de 2011]

Controle Social, Hierárquico e Interorgânico, 344

Convergência, 345

Coordenadas Geodésicas

Regimento para definição de formas e tolerâncias para dados geodésicos fornecidos à Anatel

aprovação do, **371**

[Resolução da ANATEL nº 571/2011]

Coordenadas Geodésicas, 371

[Resolução da ANATEL n° 571/2011]

D**Destinação de Radiofrequências***(ver também Destinação de Radiofrequências)*para o DTH, **369**[Resolução da ANATEL n° 563/2011]
para o Serviço de Radiodifusão por Satélite, **369**[Resolução da ANATEL n° 563/2011]
para o SLP em aplicações de exploração da Terra por satélite, **368**

[Resolução da ANATEL n° 561/2011]

Direct-to-Home*(ver Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite)***Direito Administrativo, 355****Direito da Concorrência, 354****Direito de Exploração de Imagem**vedação de aquisição ou de financiamento de aquisição de direitos de exploração de imagens de eventos de interesse nacional por parte de prestadora de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, **362**

[Lei n° 12.485/2011]

Direito do Consumidor, 354**Distribuição de Canais***(ver também Espectro de Radiofrequências)*Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 148 MHz a 174 MHz, **370**

[Resolução da ANATEL n° 568/2011]

Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz

aprovação do, **368**

[Resolução da ANATEL n° 561/2011]

Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal*(ver Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal)***DTH***(ver Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite)***DTH (Direct to Home - Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite), 350****E****Educação, 364–365***(ver também Radiodifusão Educativa)*

[Portaria MC n° 256, de 6 de julho de 2011]

[Portaria MC n° 420/2011]

Educação e Pesquisa, 343**Embratel**

Bem Reversível

determinação de 2011 à Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. para que efetuasse o inventário físico de todos os seus bens e dos bens reversíveis, **374**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL n° 162/2011]

Emergência*(ver Serviço de Emergência)***Ensino, 364***(ver também Escola Pública)*

[Decreto n° 7.512/2011]

Equipamentos de Telecomunicações, 335**Escola Pública***(ver também Ensino)*

definição do princípio de atendimento para acesso à Internet em banda larga para escolas públicas rurais quando da licitação das subfaixas de

radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, **364**
[Decreto nº 7.512/2011]

Espécies de Outorga, 338

Espectro de Radiofrequência, 336

Espectro de Radiofrequências

(*ver também* **Distribuição de Canais**)

Plano de Atribuição de Espectro de Radiofrequências

Edição 2011 do, **374**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.282/2011]

Estação de Telecomunicações

Coordenadas Geodésicas

formatos e tolerâncias para dados geodésicos fornecidos à Anatel, **371**

[Resolução da ANATEL nº 571/2011]

Estação Móvel

(*ver* **Estação Móvel (Serviço Móvel Pessoal)**)

Estação Móvel (Serviço Móvel Pessoal)

Localização

parâmetros de localização da Estação Móvel do Usuário do SMP remetente de mensagem de texto a serviço público de emergência, **369**

[Resolução da ANATEL nº 564/2011]

Estações de Telecomunicações, 335

Exploradora de Satélite Estrangeiro, 376

(*ver também* **Satélite Estrangeiro**)

[Súmula da ANATEL nº 10, de 15 de março de 2011]

requisitos para constituição de representante legal da, **376**

[Súmula da ANATEL nº 10, de 15 de março de 2011]

F

Faixa de 2,5 GHz

dever de licitação, até 30 de abril de 2012, das subfaixas de radiofrequências de 2.500 MHz a 2.690 MHz para a banda larga móvel de alta velocidade, com tecnologia de quarta geração, **364**

[Decreto nº 7.512/2011]

Faixa de 450 MHz

(*ver* **450 MHz**)

Faixa de 450 MHz

Banda Larga

definição do princípio de atendimento para acesso à Internet em banda larga para escolas públicas rurais quando da licitação das subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, **364**

[Decreto nº 7.512/2011]

Escola Pública

definição do princípio de atendimento para acesso à Internet em banda larga para escolas públicas rurais quando da licitação das subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, **364**

[Decreto nº 7.512/2011]

Universalização

dever de licitação, por parte da Anatel, até 30 de abril de 2012, de autorização de uso de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz para fins de ampliação da penetração dos serviços de telecomunicações de voz e de dados, **364**

[Decreto nº 7.512/2011]

Faixa de Radiofrequência

(*ver Espectro de Radiofrequências*)

Fiscalização

(*ver também Poder de Polícia*)

Processo Administrativo

não cabe recurso contra ato administrativo que determine ou formalize a instauração de processo administrativo sancionador, **376**

[Súmula da ANATEL n° 12, de 19 de dezembro de 2011]

Fiscalização das Telecomunicações, 337

FNC

(*ver Fundo Nacional da Cultura*)

Fronteira

utilização da faixa de 148 MHz a 174 MHz, **370**

[Resolução da ANATEL n° 568/2011]

Fronteiras, 370

[Resolução da ANATEL n° 568/2011]

Fundamentos, 335

Fundo Nacional da Cultura

vedação de sua utilização por prestadoras do TVC, MMDS, DTH e TVA, bem como suas controladas, controladoras ou coligadas, **362**

[Lei n° 12.485/2011]

G

Gratuidade

Serviço Público de Emergência
gratuidade do envio de mensagens de texto a, **369**

[Resolução da ANATEL n° 564/2011]

I

Infraestrutura e Recursos do Setor de Telecomunicações, 335

Instauração

Processo Administrativo

não cabe recurso contra ato administrativo que determine ou formalize a instauração de

processo administrativo sancionador, **376**

[Súmula da ANATEL n° 12, de 19 de dezembro de 2011]

Interesse Coletivo

(*ver Serviço de Interesse Coletivo*)

Internet, 355

INTERNET

(*ver também Serviço de Valor Adicionado*)

Qualidade do Serviço

fixação de prazo até 31 de outubro de 2011 para adoção, pela Anatel, de padrões de qualidade para os serviços de telecomunicações que suportam o acesso à Internet em banda larga, inclusive parâmetros de velocidade efetiva de conexão mínima e média, disponibilidade do serviço, bem como critério de publicidade e transparência para aferição da qualidade percebida pelos usuários, **364**

[Decreto n° 7.512/2011]

Serviço de Conexão à INTERNET

como serviço de valor adicionado, **365**

[Resolução n° 4, de 16 de setembro de 2011]

Inventário de Bens Reversíveis

determinação de 2011 à Brasil Telecom S/A para que efetuasse o inventário físico do seu patrimônio e dos seus bens reversíveis, **373**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL n° 160/2011]

determinação de 2011 à Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. para que efetuasse o inventário físico de todos os seus bens e dos bens reversíveis, **374**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da

Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 162/2011] determinação de 2011 à Telemar Norte Leste S.A. para que efetuasse o inventário físico de todos os seus bens e dos bens reversíveis, **374** [Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 161/2011]

ISDB-T

(*ver Padrão ISDB-T*)

ISDB-TB

(*ver Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre*)

L

Liberdade de Participação, 338

Liberdade Tarifária

Serviço Telefônico Fixo Comutado sua implantação e acompanhamento no STFC Longa Distância Internacional, **372**

[Resolução da ANATEL nº 573, de 10 de outubro de 2011]

Licença para Funcionamento de Estação

Recadastramento de estação ajuste de informações de coordenadas geodésicas não exige novo licenciamento ou pagamento de taxas, desde que não associada a uma real mudança do local de instalação, **371**

[Resolução da ANATEL nº 571/2011]

M

Mensagem de Texto

Gratuidade

no envio de mensagens de texto a serviços públicos de emergência no âmbito do SMP, **369**

[Resolução da ANATEL nº 564/2011]

Serviço Móvel Pessoal

regulamentação do envio de mensagem de texto aos serviços públicos de emergência no, **369**

[Resolução da ANATEL nº 564/2011]

Metas de Qualidade, 372

[Resolução da ANATEL nº 574, de 28 de outubro de 2011] [Resolução nº 575/2011]

Metas de Universalização, 343

Metas de Universalização

(*ver também Plano Geral de Metas de Universalização*)

Regulamento de Acompanhamento e Controle das Obrigações de Universalização do STFC

possibilidade de prorrogação de prazos por ato do Conselho Diretor da Anatel, **370**

[Resolução da ANATEL nº 569/2011]

prorrogação de prazos referentes a campanhas de divulgação e divulgação a órgãos públicos, **370**

[Resolução da ANATEL nº 569/2011]

Ministério da Justiça, 358

Ministério das Comunicações, 358

Ministério das Comunicações

Regimento Interno do Ministério das Comunicações

aprovação do, **365, 375**

[Portaria do Ministério das Comunicações nº 69/2011] [Portaria MC nº 69, de 17 de março de 2011]

Ministro das Comunicações

(*ver Ministério das Comunicações*)

MMDS

(*ver Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal*)

MMDS (Multichannel Multipoint Distribution Service - Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal), 351

Modem

Programa Nacional de Banda Larga aprovação de medidas tributárias de isenção da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins para

modens e bens de informática no âmbito do Programa de Inclusão Digital, por ocasião da implementação do, **361**

[Lei nº 12.431/2011]

Multichannel Multipoint Distribution Service
(*ver Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal*)

N

Norma Complementar do Serviço de Radiodifusão Comunitária, 365

[Portaria MC nº 462/2011]

O

Obrigações de Universalização
(*ver Universalização*)

Oi

(*ver TELEMAR NORTE LESTE S.A.*)

Onerosidade

Serviço Telefônico Fixo Comutado inclusão, na base de cálculo do ônus contratual previsto nos contratos de concessão do STFC de 2006/2010, das receitas de interconexão, PUC e serviços adicionais e receitas operacionais inerentes ao STFC, **376**

[Súmula da ANATEL nº 11, de 17 de novembro de 2011]

Operadora de Telecomunicações, 374–375

(*ver também Telefônica*)

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.970/ 2011] [Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.703/2011]

Órbita, 336

(*ver também Satélite*)

Órbita e Satélite, 336
Outorgas, 338

P

PADO

(*ver Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Agência Nacional de Telecomunicações)*)

Padrão ISDB-T

adoção pelo Brasil do, **366**

[Portaria MC nº 491/011]

PDG

(*ver Programa de Dispendios Globais (Empresas Estatais Federais)*)

Peça Publicitária, 362

[Lei nº 12.485/2011]

Artista

possibilidade de sua contratação por prestadora de serviços de telecomunicações de interesse coletivo para fins de produção de peças publicitárias, **362**

[Lei nº 12.485/2011]

Direito de Exploração de Imagem

possibilidade de sua aquisição ou de financiamento de aquisição por prestadora de serviços de telecomunicações de interesse coletivo para fins de produção de peças publicitárias, **362**

[Lei nº 12.485/2011]

Pesquisa & Desenvolvimento, 343

PGMU

(*ver Plano Geral de Metas de Universalização*)

Plano de Atribuição de Espectro de Radiofrequências

Destinação de Radiofrequências

Edição 2011 do, **374**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.282/2011]

- Plano Geral de Metas de Universalização**
(*ver também* Metas de Universalização)
a partir de 30 de junho de 2011, **364**
[Decreto nº 7.512/2011]
- Plano Nacional de Banda Larga, 361**
[Lei nº 12.431/2011]
- Planos de Serviços, 340**
- PNBL**
(*ver* Programa Nacional de Banda Larga)
- PNBL, 361**
[Lei nº 12.431/2011]
- Poder de Polícia**
(*ver também* Fiscalização)
Processo Administrativo
não cabe recurso contra ato administrativo que determine ou formalize a instauração de processo administrativo sancionador, **376**
[Súmula da ANATEL nº 12, de 19 de dezembro de 2011]
- Poder Executivo, 358**
- Política Industrial, 341**
- Política Tarifária, 340**
- Políticas de Telecomunicações, 340**
- PPB**
(*ver* Processo Produtivo Básico)
- Preço Discriminatório**
sua vedação em atividades de produção, programação, empacotamento ou distribuição de comunicação audiovisual de acesso condicionado, **362**
[Lei nº 12.485/2011]
- Preço Público**
(*ver também* Tarifa)
devido na prorrogação da concessão de serviços públicos de telecomunicações, **376**
[Súmula da ANATEL nº 11, de 17 de novembro de 2011]
- Presidência da República, 358**
- Prestador de Serviço de Telecomunicações**
(*ver* Operadora de Telecomunicações)
- Prestadora / Operadora, 359**
- Princípio da Generalidade**
(*ver* Universalização)
- Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações**
(*ver* Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Agência Nacional de Telecomunicações))
- Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Agência Nacional de Telecomunicações)**
publicidade dos Pados da Anatel, **375**
[Portaria ANATEL nº 941/2011]
- Processo Administrativo, 376**
[Súmula da ANATEL nº 12, de 19 de dezembro de 2011]
- Recurso**
não cabe recurso contra ato administrativo que determine ou formalize a instauração de processo administrativo sancionador, **376**
[Súmula da ANATEL nº 12, de 19 de dezembro de 2011]
- Sigilo**
disciplina legal do acesso a informações, **363**
[Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011]
publicidade dos Pados da Anatel, **375**
[Portaria ANATEL nº 941/2011]
- Processo Administrativo, 376**
[Súmula da ANATEL nº 12, de 19 de dezembro de 2011]

Processo Produtivo Básico

de modems e bens de informática no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga, **361**

[Lei nº 12.431/2011]

de tablets, **362**

[Lei nº 12.507/2011]

Programa de Dispendios Globais (Empresas Estatais Federais)

PDG para 2012, **364**

[Decreto nº 7.628/2011]

Programa Nacional de Banda Larga

(*ver* Banda Larga)

(*ver* Plano Nacional de Banda Larga)

(*ver* PNB L)

Programa Nacional de Banda Larga

aprovação de medidas tributárias de isenção da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins para modems e bens de informática no âmbito do Programa de Inclusão Digital, por ocasião da implementação do, **361**

[Lei nº 12.431/2011]

aprovação de medidas tributárias de isenção da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins para tablets no âmbito do Programa de Inclusão Digital, por ocasião da implementação do, **362**

[Lei nº 12.507/2011]

Propaganda

(*ver* Publicidade)

Provimento de Capacidade de Satélite

(*ver também* Serviço de Valor Adicionado)

Contrato de Comercialização de Capacidade Espacial

, deve ser firmado no Brasil entre o representante legal da exploradora e a prestadora de serviço de telecomunicações, partes contratuais distintas, **376**

[Súmula da ANATEL nº 10, de 15 de março de 2011]

Provimento de Capacidade Espacial

(*ver* Provimento de Capacidade de Satélite)

Publicidade

Serviço de Comunicação Multimídia
dever de dar publicidade aos resultados apresentados pelas prestadoras de SCM quanto aos indicadores definidos no RGQ-SCM, **372**

[Resolução da ANATEL nº 574, de 28 de outubro de 2011]

Serviço Móvel Pessoal

dever de dar publicidade aos resultados apresentados pelas prestadoras de SCM quanto aos indicadores definidos no RGQ-SCM, **372**

[Resolução nº 575/2011]

Q**QoS**

(*ver* Qualidade do Serviço)

Quadro de Atribuição de Faixas de Frequências

Aprovação do, **374**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 2.282/2011]

Qualidade do Serviço, 343**Qualidade do Serviço**

fixação de prazo até 31 de outubro de 2011 para adoção, pela Anatel, de padrões de qualidade para os serviços de telecomunicações que suportam o acesso à Internet em banda larga, inclusive parâmetros de velocidade efetiva de conexão mínima e média, disponibilidade do serviço, bem como critério de publicidade e transparência para aferição da qualidade percebida pelos usuários, **364**

[Decreto nº 7.512/2011]

Serviço de Comunicação Multimídia
aprovação do Regulamento de
Gestão da Qualidade do Serviço
de Comunicação Multimídia, **372**

[Resolução da ANATEL nº 574, de 28
de outubro de 2011]

Quanto à Perspectiva Convergente,
346

Quanto ao Gênero, 345

**Quanto ao Regime Jurídico de
Prestação, 345**

R

Rádio-Táxi

Regulamento sobre Canalização e
Condições de Uso de
Radiofrequências na Faixa de 148
MHz a 174 MHz, **370**

[Resolução da ANATEL nº 568/2011]

Radiodifusão, 351

Radiodifusão, 369

(*ver também* Radiodifusão Educativa)
(*ver também* Sistema Brasileiro de
Televisão Digital Terrestre)

[Resolução da ANATEL nº 563/2011]

Serviço de Repetição de Televisão
norma de procedimentos de
autorização para execução do,
366-367

[Portaria MC nº 498, de 5 de dezembro
de 2011] [Portaria MC nº 561, de 22 de
dezembro de 2011]

Serviço de Retransmissão de Televisão
norma de procedimentos de
autorização para execução do, **366**

[Portaria MC nº 498, de 5 de dezembro
de 2011]

Radiodifusão Comunitária, 352

Radiodifusão Educativa

(*ver também* Educação)

(*ver também* Radiodifusão)

procedimento de apreciação de pedidos
de outorga de concessão, permissão
ou autorização para exploração de

serviços de radiodifusão com fins
exclusivamente educativos, **364-365**

[Portaria MC nº 256, de 6 de julho de
2011] [Portaria MC nº 420/2011]

Radiofrequência

(*ver* Espectro de Radiofrequências)

Ramos Jurídicos Afins, 354

Reajuste Tarifário

(*ver também* Serviço Telefônico Fixo
Comutado)

(*ver também* Tarifa)

Regulamento sobre Critérios de
Reajuste das Tarifas das Chamadas
do Serviço Telefônico Fixo
Comutado (STFC) envolvendo
acessos do Serviço Móvel Pessoal
(SMP) ou do Serviço Móvel
Especializado (SME)

aprovação do, **372**

[Resolução da ANATEL 576/2011]

Receita Federal

utilização da faixa de 148 MHz a 174
MHz, **370**

[Resolução da ANATEL nº 568/2011]

Recurso

Processo Administrativo

não cabe recurso contra ato
administrativo que determine ou
formalize a instauração de
processo administrativo
sancionador, **376**

[Súmula da ANATEL nº 12, de 19 de
dezembro de 2011]

Regulamento de Acompanhamento e Controle das Obrigações de Universalização do STFC

possibilidade de prorrogação de prazos
por ato do Conselho Diretor da
Anatel, **370**

[Resolução da ANATEL nº 569/2011]

prorrogação de prazos referentes a
campanhas de divulgação e
divulgação a órgãos públicos, **370**

[Resolução da ANATEL nº 569/2011]

Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal

aprovação do, **372**

[Resolução nº 575/2011]

Regulamento de Gestão de Qualidade, 372

[Resolução da ANATEL nº 574, de 28 de outubro de 2011]

Regulamento de Gestão de Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia

aprovação do, **372**

[Resolução da ANATEL nº 574, de 28 de outubro de 2011]

Regulamento do Serviço do Rádio do Cidadão

aprovação do, **373**

[Resolução da ANATEL nº 578/2011]

Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC

aprovação do, **367**

[Resolução da ANATEL nº 560/2011]

Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 148 MHz a 174 MHz, 370

[Resolução da ANATEL nº 568/2011]

Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz

aprovação do, **368**

[Resolução da ANATEL nº 561/2011]

Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP) ou do

Serviço Móvel Especializado (SME)

aprovação do, **372**

[Resolução da ANATEL 576/2011]

Regimento para definição de formas e tolerâncias para dados geodésicos fornecidos à Anatel

aprovação do, **371**

[Resolução da ANATEL nº 571/2011]

Relatório Anual

Relatório Anual Anatel 2010, **376**

[Relatório Anual da ANATEL 2010]

Representante Legal

Exploradora de Satélite Estrangeiro requisitos para constituição de representante legal da, **376**

[Súmula da ANATEL nº 10, de 15 de março de 2011]

Retransmissão de TV

(*ver* Serviço de Retransmissão de Televisão)

Revisão Quinquenal

Concessão

prorrogação da data da primeira revisão quinquenal dos contratos de concessão de STFC pós renovação, **369**

[Resolução da ANATEL nº 565/2011]

RGQ-SMP, 372

[Resolução nº 575/2011]

RpTV

(*ver* Serviço de Repetição de Televisão)

RTV

(*ver* Serviço de Retransmissão de Televisão)

Rural, 364

[Decreto nº 7.512/2011]

S

SAC

(ver Serviço de Atendimento ao Consumidor)**Sanção, 376**

[Súmula da ANATEL nº 12, de 19 de dezembro de 2011]

Súmula nº 12

não cabe recurso contra ato administrativo que determine ou formalize a instauração de processo administrativo sancionador, **376**

[Súmula da ANATEL nº 12, de 19 de dezembro de 2011]

Satélite, 336, 368, 369, 371**(ver também Órbita)**

[Resolução da ANATEL nº 563/2011]

[Resolução da ANATEL nº 572, de 28 de setembro de 2011]

Serviço Limitado Privado

destinação da faixa de 26,55 GHz a 26,85 GHz ao SLP em aplicações de exploração da Terra por satélite, compartilhada com o STFC e o SCM, **368**

[Resolução da ANATEL nº 561/2011]

Satélite Estrangeiro, 376**(ver também Exploradora de Satélite Estrangeiro)**

[Súmula da ANATEL nº 10, de 15 de março de 2011]

Exploradora de Satélite Estrangeiro

requisitos para constituição de representante legal da, **376**

[Súmula da ANATEL nº 10, de 15 de março de 2011]

Satélite Geoestacionário

Antena para Estações Terrenas

norma para certificação e homologação de, **371**

[Resolução da ANATEL nº 572, de 28 de setembro de 2011]

SBTVD-T**(ver Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre)****SCM****(ver Serviço de Comunicação Multimídia)****Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos (SARC), 353****Serviço de Acesso Condicionado, 354****Serviço de Acesso Condicionado**

instituição do, **362**

[Lei nº 12.485/2011]

Serviço de Atendimento ao Consumidor

(ver também Centro de Atendimento)

(ver também Centro de Atendimento (Indicadores de Qualidade do STFC))

(ver também Centro de Atendimento (Serviço Móvel Pessoal))

(ver também Centro de Atendimento (Serviços de Televisão por Assinatura))

(ver também Centro de Atendimento para Intermediação da Comunicação a Portadores de Necessidades Especiais)

Serviço Móvel Pessoal

direito do consumidor de acesso ao conteúdo das gravações das chamadas por ele efetuadas à central de informação e de atendimento ao usuário da prestadora, **370**

[Resolução da ANATEL nº 567/2011]

Serviço Telefônico Fixo Comutado

direito do consumidor de acesso ao conteúdo das gravações das chamadas por ele efetuadas à central de informação e de atendimento ao usuário da prestadora, **370**

[Resolução da ANATEL nº 567/2011]

Televisão por Assinatura (Gênero)

direito do consumidor de acesso ao conteúdo das gravações das chamadas por ele efetuadas à central de informação e de

atendimento ao usuário da prestadora, **370**

[Resolução da ANATEL nº 567/2011]

Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), 349

Serviço de Comunicação Multimídia

Metas de Qualidade

aprovação do Regulamento de Gestão da Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia, **372**

[Resolução da ANATEL nº 574, de 28 de outubro de 2011]

Regulamento de Gestão de Qualidade do Serviço de Comunicação Multimídia

aprovação do, **372**

[Resolução da ANATEL nº 574, de 28 de outubro de 2011]

Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz

destinação da faixa de 26,55 GHz a 26,85 GHz ao SLP em aplicações de exploração da Terra por satélite, compartilhada com o STFC e o SCM, **368**

[Resolução da ANATEL nº 561/2011]

Serviço de Conexão à INTERNET

como serviço de valor adicionado, **365**

[Resolução nº 4, de 16 de setembro de 2011]

Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite

Serviço de Acesso Condicionado

condições de adequação dos termos de autorização para as prestadoras de DTH à disciplina legal do, **362**

[Lei nº 12.485/2011]

Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal

Autorização

modelo de termo de autorização do MMDS, **375**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.156, de 22 de julho de 2011]

Termo de Autorização

modelo de termo de autorização do MMDS, **375**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.156, de 22 de julho de 2011]

Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal

Serviço de Acesso Condicionado

condições de adequação dos termos de autorização e dos atos de autorização de uso de radiofrequência das prestadoras do MMDS à disciplina legal do, **362**

[Lei nº 12.485/2011]

Serviço de Emergência, 369

(*ver também* Serviço Público de Emergência)

[Resolução da ANATEL nº 564/2011]

Serviço de Interesse Coletivo

Artista

vedação de contratação de talentos artísticos nacionais de qualquer natureza, inclusive direitos sobre obras de autores nacionais por parte de prestadora de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, **362**

[Lei nº 12.485/2011]

Direito de Exploração de Imagem

vedação de aquisição ou de financiamento de aquisição de direitos de exploração de imagens de eventos de interesse nacional por parte de prestadora de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, **362**

[Lei nº 12.485/2011]

Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens

(*ver Radiodifusão*)

Serviço de Radiodifusão por Satélite

destinação de faixas para serviços de telecomunicações que utilizem capacidade espacial, **369**

[Resolução da ANATEL nº 563/2011]

Serviço de Radiodifusão Sonora

(*ver Radiodifusão*)

Serviço de Radiotáxi, 353

Serviço de Repetição de Televisão
norma de procedimentos de autorização para execução do, **366–367**

[Portaria MC nº 498, de 5 de dezembro de 2011] [Portaria MC nº 561, de 22 de dezembro de 2011]

Serviço de Retransmissão de Televisão

norma de procedimentos de autorização para execução do, **366–367**

[Portaria MC nº 498, de 5 de dezembro de 2011] [Portaria MC nº 561, de 22 de dezembro de 2011]

Serviço de Telefonia Rural, 354

Serviço de Telefonia Rural

Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 148 MHz a 174 MHz, **370**

[Resolução da ANATEL nº 568/2011]

Serviço de TV a Cabo

Serviço de Acesso Condicionado condições de adequação dos atos de outorga de concessão e respectivos contratos da TV a Cabo à disciplina legal do, **362**

[Lei nº 12.485/2011]

Serviço de Valor Acrescentado

(*ver Serviço de Valor Adicionado*)

Serviço de Valor Acrescido

(*ver Serviço de Valor Adicionado*)

Serviço de Valor Adicionado, 345

Serviço de Valor Adicionado

(*ver também INTERNET*)

Serviço de Conexão à INTERNET como serviço de valor adicionado, 365

[Resolução nº 4, de 16 de setembro de 2011]

Serviço Especial de TV por Assinatura

(*ver Televisão por Assinatura (Espécie de Serviço Especial)*)

Serviço Limitado, 345

Serviço Limitado Privado, 345, 353

Serviço Limitado Privado

Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 148 MHz a 174 MHz, **370**

[Resolução da ANATEL nº 568/2011]

Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz

destinação da faixa de 26,55 GHz a 26,85 GHz ao SLP em aplicações de exploração da Terra por satélite, compartilhada com o STFC e o SCM, **368**

[Resolução da ANATEL nº 561/2011]

Serviço Móvel Especializado

Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP) ou do Serviço Móvel Especializado (SME)

aprovação do, **372**

[Resolução da ANATEL 576/2011]

Serviço Móvel Marítimo, 353

Serviço Móvel Marítimo

Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de

Radiofrequências na Faixa de 148 MHz a 174 MHz, **370**

[Resolução da ANATEL nº 568/2011]

Serviço Móvel Pessoal (SMP), 349

Serviço Móvel Pessoal

Metas de Qualidade

aprovação do Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal, **372**

[Resolução nº 575/2011]

Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal

aprovação do, **372**

[Resolução nº 575/2011]

Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP) ou do Serviço Móvel Especializado (SME)

aprovação do, **372**

[Resolução da ANATEL 576/2011]

Serviço Prestado em Regime Público, 345

Serviço Público de Emergência

(*ver também* Serviço de Emergência)

Mensagem de Texto

regulamentação do seu envio aos serviços públicos de emergência, **369**

[Resolução da ANATEL nº 564/2011]

Serviço Rádio do Cidadão, 351

Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), 346

Serviço Telefônico Fixo Comutado, 346

(*ver também* Reajuste Tarifário)

(*ver também* Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral)

Área de Tarifação

sua alteração para o município de Altamira do Paraná, **373**

[Resolução da ANATEL nº 577, de 24 de novembro de 2011]

Inventário de Bens Reversíveis

determinação de 2011 à Brasil Telecom S/A para que efetuasse o inventário físico do seu patrimônio e dos seus bens reversíveis, **373**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 160/2011]

determinação de 2011 à Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. para que efetuasse o inventário físico de todos os seus bens e dos bens reversíveis, **374**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 162/2011]

determinação de 2011 à Telemar Norte Leste S.A. para que efetuasse o inventário físico de todos os seus bens e dos bens reversíveis, **374**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 161/2011]

Onerosidade

inclusão, na base de cálculo do ônus contratual previsto nos contratos de concessão do STFC de 2006/2010, das receitas de interconexão, PUC e serviços adicionais e receitas operacionais inerentes ao STFC, **376**

[Súmula da ANATEL nº 11, de 17 de novembro de 2011]

Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC

aprovação do, **367**

[Resolução da ANATEL nº 560/2011]

Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de

- Radiofrequências na Faixa de 148 MHz a 174 MHz, **370**
 [Resolução da ANATEL nº 568/2011]
- Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP) ou do Serviço Móvel Especializado (SME) aprovação do, **372**
 [Resolução da ANATEL 576/2011]
- Zona Rural
 definição dos princípios regentes da licitação das subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, **364**
 [Decreto nº 7.512/2011]
- Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral, 372**
(ver também Serviço Telefônico Fixo Comutado)
 [Resolução da ANATEL nº 573, de 10 de outubro de 2011]
- Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 25,35 GHz a 28,35 GHz, 29,10 GHz a 29,25 GHz e 31,00 GHz a 31,30 GHz
 destinação da faixa de 26,55 GHz a 26,85 GHz ao SLP em aplicações de exploração da Terra por satélite, compartilhada com o STFC e o SCM, **368**
 [Resolução da ANATEL nº 561/2011]
- Serviços no Setor de Telecomunicações, 346**
- Sigilo**
 Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Agência Nacional de Telecomunicações) publicidade dos Pados da Anatel, **375**
 [Portaria ANATEL nº 941/2011]
- Processo Administrativo disciplina legal do acesso a informações, **363**
 [Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011]
- publicidade dos Pados da Anatel, **375**
 [Portaria ANATEL nº 941/2011]
- Sigilo em Telecomunicações, 344**
- Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência**
(ver também Conselho Administrativo de Defesa Econômica)
 lei regente, **363**
 [Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011]
- Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre**
(ver também Radiodifusão)
(ver também TV Digital)
 Padrão ISDB-T
 adoção pelo Brasil do, **366**
 [Portaria MC nº 491/011]
- Sistema TELEBRÁS**
(ver Telecomunicações Brasileiras S.A.)
- SLP**
(ver Serviço Limitado Privado)
- SME**
(ver Serviço Móvel Especializado)
- SMM**
(ver Serviço Móvel Marítimo)
- SMP**
(ver Serviço Móvel Pessoal)
- STFC**
(ver Serviço Telefônico Fixo Comutado)
- Subsídio Cruzado**
 sua vedação em atividades de produção, programação, empacotamento ou distribuição de comunicação audiovisual de acesso condicionado, **362**
 [Lei nº 12.485/2011]

Súmula nº 11

inclusão, na base de cálculo do ônus contratual previsto nos contratos de concessão do STFC de 2006/2010, das receitas de interconexão, PUC e serviços adicionais e receitas operacionais inerentes ao STFC, **376**

[Súmula da ANATEL nº 11, de 17 de novembro de 2011]

Súmula nº 12

não cabe recurso contra ato administrativo que determine ou formalize a instauração de processo administrativo sancionador, **376**

[Súmula da ANATEL nº 12, de 19 de dezembro de 2011]

SVA

(*ver Serviço de Valor Adicionado*)

T**Tablet**

Programa Nacional de Banda Larga aprovação de medidas tributárias de isenção da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins para tablets no âmbito do Programa de Inclusão Digital, por ocasião da implementação do, **362**

[Lei nº 12.507/2011]

Tarifa

(*ver também Preço Público*)

(*ver também Reajuste Tarifário*)

Liberdade Tarifária

sua implantação e acompanhamento no STFC Longa Distância Internacional, **372**

[Resolução da ANATEL nº 573, de 10 de outubro de 2011]

Tarifas Fixadas

Aumento Arbitrário de Lucros causa de restabelecimento do regime de Tarifas Fixadas no STFC, Modalidade Longa Distância Internacional, **372**

[Resolução da ANATEL nº 573, de 10 de outubro de 2011]

Taxas de fiscalização de instalação e funcionamento

Não incidência

ajuste de informações de coordenadas geodésicas não exige novo licenciamento ou pagamento de taxas, desde que não associada a uma real mudança do local de instalação, **371**

[Resolução da ANATEL nº 571/2011]

Tecnologia Nacional

sua preferência quando da aquisição de equipamentos e materiais vinculados à execução das obrigações estabelecidos no Plano Geral de Metas de Universalização, **364**

[Decreto nº 7.512/2011]

Tecnologias da Informação e Comunicação, 364

[Portaria MC nº 376/2011]

Tecnologias da Informação e Comunicação

(*ver também Tecnologias de Informação e Comunicação*)

sua apropriação pela gestão pública local e pela população como objetivo do Projeto de Implantação e Manutenção das Cidades Digitais, **364**

[Portaria MC nº 376/2011]

Tecnologias de Informação e Comunicação, 364

(*ver também Tecnologias da Informação e Comunicação*)

[Portaria MC nº 376/2011]

TELEBRÁS

(*ver Telecomunicações Brasileiras S.A.*)

Telecomunicações Brasileiras S.A. Cidades Digitais

responsabilidade da Telebrás pelo planejamento, elaboração de editais, acompanhamento e

avaliação da implementação da infraestrutura de conexão das, **364**

[Portaria MC nº 376/2011]

Programa de Dispêndios Globais (Empresas Estatais Federais)

PDG para 2012, **364**

[Decreto nº 7.628/2011]

Telecomunicações de São Paulo S.A

anuência prévia à incorporação da Vivo pela Telesp, **375**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.703/2011]

Telefônica

(*ver também Operadora de Telecomunicações*)

Vivo Participações S/A

anuência prévia à incorporação da Vivo pela Telesp, **375**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.703/2011]

anuência prévia à reestruturação societária decorrente da aquisição da Vivo pela Telefônica, **374**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.970/2011]

TELEMAR NORTE LESTE S.A.

Bem Reversível

determinação de 2011 à Telemar Norte Leste S.A. para que efetuasse o inventário físico de todos os seus bens e dos bens reversíveis, **374**

[Ato da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização e da Superintendência de Serviços Públicos da ANATEL nº 161/2011]

TELESP, 375

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.703/2011]

Vivo Participações S/A

anuência prévia à incorporação da Vivo pela Telesp, **375**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.703/2011]

Televisão Digital

(*ver TV Digital*)

Televisão por Assinatura (Espécie de Serviço Especial)

Serviço de Acesso Condicionado condições de adequação dos atos de autorização de uso de radiofrequência das prestadoras de TVA à disciplina legal do, **362**

[Lei nº 12.485/2011]

Termo de Autorização

Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal modelo de termo de autorização para o, **375**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.156, de 22 de julho de 2011]

Título Oneroso

(*ver Onerosidade*)

Transparência

disciplina legal do acesso a informações, **363**

[Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011]

Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Agência Nacional de Telecomunicações)

publicidade dos Pados da Anatel, **375**

[Portaria ANATEL nº 941/2011]

Tributação no Setor de Telecomunicações, 338

Trunking

(*ver Serviço Móvel Especializado*)

TV a Cabo, 349

TV Digital

(*ver também Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre*)

Padrão ISDB-T

adoção pelo Brasil do, **366**

[Portaria MC nº 491/011]

TVA

(*ver* **Televisão por Assinatura (Espécie de Serviço Especial)**)

TVA (Serviço Especial de TV por Assinatura), 350

U

Universalização

Regulamento de Acompanhamento e Controle das Obrigações de Universalização do STFC

possibilidade de prorrogação de prazos por ato do Conselho Diretor da Anatel, **370**

[Resolução da ANATEL nº 569/2011]

prorrogação de prazos referentes a campanhas de divulgação e divulgação a órgãos públicos, **370**

[Resolução da ANATEL nº 569/2011]

Universalização e Massificação, 342

Usuário / Consumidor, 360

V

Valor Adicionado

(*ver* **Serviço de Valor Adicionado**)

Valor de Comunicação

(*ver* **Valor de Comunicação (Serviço Móvel Especializado)**)

(*ver* **Valor de Comunicação (Serviço Móvel Pessoal)**)

(*ver* **Valor de Comunicação (Serviço Telefônico Fixo Comutado)**)

Valor de Comunicação (Serviço Móvel Especializado)

Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP)ou do Serviço Móvel Especializado (SME)

aprovação do, **372**

[Resolução da ANATEL 576/2011]

Valor de Comunicação (Serviço Móvel Pessoal)

Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP)ou do Serviço Móvel Especializado (SME)

aprovação do, **372**

[Resolução da ANATEL 576/2011]

Valor de Comunicação (Serviço Telefônico Fixo Comutado)

Regulamento sobre Critérios de Reajuste das Tarifas das Chamadas do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) envolvendo acessos do Serviço Móvel Pessoal (SMP)ou do Serviço Móvel Especializado (SME)

aprovação do, **372**

[Resolução da ANATEL 576/2011]

VC

(*ver* **Valor de Comunicação (Serviço Telefônico Fixo Comutado)**)

VC-T

(*ver* **Valor de Comunicação (Serviço Móvel Especializado)**)

Vivo Participações S/A

anuência prévia à incorporação da Vivo pela Telesp, **375**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 5.703/2011]

anuência prévia à reestruturação societária decorrente da aquisição da Vivo pela Telefônica, **374**

[Ato do Conselho Diretor da ANATEL nº 1.970/ 2011]

Z

zona rural

(*ver* **Rural**)

Zona Rural

Banda Larga

definição do princípio de atendimento para acesso à Internet em banda larga para escolas públicas rurais quando da licitação das subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, **364**

[Decreto nº 7.512/2011]

Escola Pública

definição do princípio de atendimento para acesso à Internet em banda larga para escolas públicas rurais quando da licitação das subfaixas de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, **364**

[Decreto nº 7.512/2011]

Universalização

dever de licitação, por parte da Anatel, até 30 de abril de 2012, de autorização de uso de radiofrequência de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz para fins de ampliação da penetração dos serviços de telecomunicações de voz e de dados, **364**

[Decreto nº 7.512/2011]

